

EDITAL – CONCORRÊNCIA 90.007/2026

CONCORRÊNCIA	Nº 90.007/2026
UASG	989571
JULGAMENTO	Técnica e Preço por Item
MODO DE DISPUTA	Fechado
PROCESSO NÚMERO	423/2026
INTERESSADO	Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 3.000,00 mensal.
OBJETO	Concorrência para Concessão onerosa de uso de espaço público, mediante procedimento licitatório, destinada à implantação, operação e exploração comercial de café-bistrô na área de convivência do Paço Municipal, incluindo a prestação de serviços de alimentação e bebidas aos usuários, conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência e demais anexos ao processo.
DATA/HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DO CERTAME	21 de julho de 2026, às 09h00min.
NORMAS LEGAIS	Lei Federal n.º 14.133/2021, Instrução Normativa Seges/MGI n.º 2/2023, Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas regulamentadoras da matéria.
ENDEREÇO NA INTERNET	https://www.gov.br/compras http://www.rioverde.go.gov.br e-mail: licitacao@rioverde.go.gov.br
DECRETO DE NOMEAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO	Nº 1.423, de 14 de março de 2025.
PORTARIA DE NOMEAÇÃO DA BANCA DE ANÁLISE DA PROPOSTA TÉCNICA	PORTARIA SMPG Nº 709, DE 13 DE ABRIL DE 2026
LOCAL DA REALIZAÇÃO	A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema COMPRASNET, disponibilizado e processado no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras
<p>Obs.1: Na hipótese de não haver expediente na data acima referida, fica esta licitação, automaticamente, transferido para o dia útil subsequente àquele, na mesma hora e local.</p> <p>Obs. 2: Todos os atos referentes a Licitação, Edital, Erratas, Atas, Convocações, Julgamentos de Impugnações e Recursos, Homologação, Anulação ou Revogação, enfim, TODOS os atos, serão publicados nos sites oficiais, acima mencionados. O acompanhamento do andamento da Licitação em todas as fases é de total responsabilidade do Licitante participante.</p> <p>Obs. 3: Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no sistema eletrônico (COMPRASNET) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.</p> <p>Obs. 4: Solicitamos que todas as empresas interessadas em participar desta licitação ao cadastrarem suas propostas no sistema atualizem suas documentações no SICAF para fins de habilitação.</p>	

AUTUAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE, por meio de seus gestores, torna público que fará realizar na modalidade de **CONCORRÊNCIA** do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, cujo objeto é **Concorrência para Concessão onerosa de uso de espaço público, mediante procedimento licitatório, destinada à implantação, operação e exploração comercial de café-bistrô na área de convivência do Paço Municipal, incluindo a prestação de serviços de alimentação e bebidas aos usuários, conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência e demais anexos ao processo**, que será regido na forma da Lei Federal n.º 14.133/2021, Instrução Normativa Seges/MGI n.º 2/2023, **Lei Complementar nº 123/2006**, e demais normas regulamentadoras da matéria, assim como pelas regras deste Edital.

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF, e dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema COMPRASNET, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras> mantido pelo Governo Federal, e regulamentado pela Instrução Normativa Seges/MGI n.º 2/2023, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização da licitação.

A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 71, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Rio Verde/GO, datado e assinado digitalmente.

Álvaro César de Souza Costa
Secretário de Planejamento e Gestão

ÍNDICE GERAL

01 – EDITAL

- Item 1 - Do Objeto
- Item 2 - Condições de Participação
- Item 3 - Do Credenciamento e da Sessão Pública
- Item 4 - Do Envio da Proposta Eletrônica
- Item 5 - Da Abertura das Propostas e Formulação dos lances
- Item 6 - Do Julgamento das Propostas e do Direito de Preferência
- Item 7 – Da Habilitação e Julgamento
- Item 8 - Do Encaminhamento da Proposta reajustada e documentação complementar
- Item 9 – Do Pedido de Esclarecimento e da Impugnação do Edital
- Item 10 – Dos Recursos Administrativos
- Item 11 – Da Conexão com o Sistema Eletrônico
- Item 12 – Da Adjudicação, Homologação e Contratação
- Item 13 - Das Obrigações
- Item 14 – Da Entrega do Objeto e as condições de Pagamento
- Item 15 – Das Penalidades
- Item 16 – Da Dotação Orçamentária
- Item 17 – Da Garantia
- Item 18 – Dos prazos
- Item 19 – Da fiscalização
- Item 20 – Da vistoria
- Item 21 – Das Disposições Gerais

02 – ANEXOS INTEGRANTE DO EDITAL

ANEXO 1 - Termo de Referência e anexos.

ANEXO 2 - Minuta do Contrato

ANEXO 3 – Estudo Técnico Preliminar, Estudo de Viabilidade Econômica Financeira, Planilha de análise inicial (Orçamentos), Planilha Cenários Projetados, Lei Autorizativa e Croqui;

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação, tem por objeto a **Concorrência para Concessão onerosa de uso de espaço público, mediante procedimento licitatório, destinada à implantação, operação e exploração comercial de café-bistrô na área de convivência do Paço Municipal, incluindo a prestação de serviços de alimentação e bebidas aos usuários, conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência e demais anexos ao processo.**

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no sistema eletrônico (Comprasnet) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.

1.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 2.849/2022.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação **TODOS OS INTERESSADOS**, cujo objeto social seja compatível com o objeto da licitação e que esteja previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, conforme regulamenta o art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018, que satisfaçam as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, com atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar desta licitação deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização;

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

2.1.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

2.1.4. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo a licitação e que se responsabiliza pela origem e procedência dos serviços que cotar.

2.1.5. A Licitante responde integralmente por todos os atos praticados na licitação por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

2.1.6. Os Licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Rio Verde não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

2.1.7. A participação na licitação implica, automaticamente, **na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e leis aplicáveis.**

2.2. Não poderá participar direta ou indiretamente da Licitação.

2.2.1. Em obediência ao que estipula a Lei Federal nº 14.133/21 em seu artigo 14, não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, (equiparam-

se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico);

- b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, notadamente, no artigo 156, III e IV da lei 14.133/2021, art. 7º, da Lei Federal 10.520/2022 e art. 87, da Lei Federal 8.666/93;
 - c.1) O impedimento de que trata esta condição será também aplicado à **licitante** que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da **licitante** (art. 14, §1º da Lei 14.133/2021).
- d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do **órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato**, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- g) Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, conforme disposto no artigo 69, II da lei 14.133/2021;
- h) Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante, concorrendo os mesmos itens;
- i) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- j) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio¹;
- k) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.4. Como condição para participação na licitação, a Licitante manifestará em campo próprio do sistema eletrônico relativo às seguintes declarações:

2.4.1. Para participação na licitação, a Licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

2.4.2. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar que **cumpram os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06**, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus **arts. 42 a 49**, observado o disposto nos §§ 1º

¹ NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando que o objeto licitado é a concessão onerosa de espaço público; e considerando que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades na gestão contratual, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em consórcio na presente concorrência.

ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021 (quando o valor estimado da licitação for superior ao valor máximo admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte):

2.4.2.1 - Nos termos do art. 4, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 (lei de licitações), os benefícios para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#) **não são aplicadas** no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, **às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte**. Ou seja, se o valor estimado da licitação for superior ao valor máximo admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte não haverá a aplicação dos benefícios de ME e EPP.

2.4.3. Que **inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

2.4.4. Que **não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz**, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

2.4.5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

2.4.6. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

2.4.7. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

2.4.8. Que o licitante tem ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos.

2.4.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3. DO CREDENCIAMENTO E DA SESSÃO PÚBLICA

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Concorrência em sua forma eletrônica. (**Decreto Federal nº 3.722/01**).

3.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico no endereço <https://www.gov.br/compras> devendo este credenciamento ser efetuado antes da data prevista para realização da licitação na forma Eletrônica.

3.1.2. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras> ou <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/manuais/manuais#VIDEOS>.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes a licitação na forma Eletrônica.

3.3. É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou à Prefeitura Municipal de Rio Verde/GO, promotora da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

3.5. A abertura da sessão pública da licitação, conduzida pelo **Agente de Contratação e sua equipe de apoio**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.gov.br/compras.

3.5.1. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Agente de Contratação** e as **licitantes** ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

3.5.2. Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, **ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios** diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as **propostas de técnica e as propostas de preço** até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.

4.2.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe ou em sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4.2.3. VALOR DA OUTORGA ONEROSA;

4.2.3.1. O preço deverá ser expresso em moeda corrente nacional, discriminado em algarismo arábico, considerando inclusos no preço os valores dos impostos, taxas, transporte, seguro, carga e descarga, encargos trabalhistas, sociais, sindicais, remunerações, e outras despesas, se houver.

4.2.3.2. Se houver custos omitidos serão considerados como inclusos na proposta, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo os produtos/serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

4.3. Os valores de referência (Outorga Mensal Mínima) para contratação do objeto constam no **Termo de Referência - Anexo 1 DESTE EDITAL**.

4.3.1. Os licitantes devem respeitar os preços mínimo (Outorga Mensal Mínima) estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.4. A PROPOSTA DIGITADA/PREENCHIDA NO SISTEMA COMPRASNET.

4.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.6. Após a abertura da sessão pública não caberá desistência da proposta.

4.6.1. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6.2. As propostas de preços são irrevogáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços e nas condições estabelecidas.

4.7. É de inteira responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de prazos ou de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.8. A licitante que se enquadre como **microempreendedor, microempresa ou empresa de pequeno porte** e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal nº 123/06, deverá

manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu artigo 3º, sob as penas da lei, em especial do artigo 299, do Código Penal.

4.8.1. A falta da declaração de enquadramento da licitante como **microempreendedor**, microempresa ou empresa de pequeno porte conduzirá ao seu afastamento aos benefícios exclusivos para EPP/ME.

4.8.2. A declaração falsa de enquadramento da licitante como **microempreendedor**, microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.8.3. A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-la pelo(a) **Agente de Contratação**.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO E DO MODO DE DISPUTA

5.1. A partir da data e do horário previsto no edital de licitação, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.

5.1.1. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento.

5.1.2. Eventual postergação do prazo a que se refere o item acima, deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

5.1.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

5.1.4. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação às propostas do licitante mais bem classificado.

5.1.5. No caso de a desconexão do **Agente de Contratação** por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública da licitação será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras.

5.2. O modo de disputa;

5.2.1. Será adotado o **modo de disputa fechado**, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo **vedada a apresentação de lances**.

6. DAS PROPOSTAS, DO JULGAMENTO E DO DESEMPATE

6.1. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e condições previstas neste edital.

6.1.1. Encerrada a etapa de abertura das propostas, o agente de contratação/comissão de contratação, realizará, em conjunto com a banca avaliadora da proposta técnica, a verificação da conformidade das propostas do licitante que obteve a maior pontuação a partir da ponderação das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço, quanto à sua adequação técnica e, as condições de exequibilidade, ao valor proposto, conforme definido no edital.

6.1.1.1. O (a) Agente de Contratação/comissão verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

6.1.1.2. Não serão aceitas propostas com valores superiores aos estimados ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.1.1.2.1. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor /total/global quanto os valores unitários estimativos da contratação.

6.1.1.2.2. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Edital**.

6.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.8 deste edital.

6.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

6.4. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço mínimo definido para a contratação;
- d) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- e) Que ofereça valor inferior ao mínimo de outorga mensal fixado no Edital;

6.4.2. É vedada a aceitação de preços abaixo do valor mínimo de outorga mensal fixado pela Administração, qual seja, **R\$ 3.000,00** mensal;

6.5. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

6.5.1. A seleção da proposta mais vantajosa será realizada por meio do critério de julgamento de técnica e preço, nos termos da legislação aplicável, considerando a melhor combinação entre a qualidade da proposta técnica e a maior oferta de outorga mensal pela utilização do espaço público.

6.5.2. Para fins deste Edital, o critério de preço corresponderá ao valor da outorga mensal ofertada pela licitante, sendo considerada mais vantajosa a proposta que apresentar o maior valor, observado o mínimo estabelecido pela Administração.

6.5.3. A avaliação técnica considerará os elementos apresentados pela licitante, especialmente aqueles relacionados ao modelo de operação, qualidade do serviço, adequação do mix de produtos, proposta de layout e mobiliário, bem como demais aspectos que impactem diretamente na experiência dos usuários e na eficiência da execução do objeto.

6.5.4. A pontuação final das propostas será obtida a partir da ponderação entre as notas técnica e de preço, conforme metodologia a ser definida no instrumento convocatório, assegurando-se critérios objetivos, previamente estabelecidos e isonômicos.

6.5.5. A avaliação das propostas será composta por:

- I – Nota Técnica (NT), com pontuação máxima de 60,00 (sessenta) pontos;
- II – Nota Econômica (NE), com pontuação máxima de 30,00 (trinta) pontos.

6.5.6. A maior pontuação ponderada final que irá definir a classificação final. A pontuação máxima será **90,00 (noventa) pontos**.

6.5.7. Será declarada vencedora a licitante que obtiver a maior Nota Final (NF), observadas as condições do instrumento convocatório.

6.6. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

6.7. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas neste edital e termo de referência.

6.8. A análise dos quesitos de natureza qualitativa (**proposta técnica**) será realizada pela banca designada para este fim.

6.9. DA PROPOSTA TÉCNICA:

No julgamento das **propostas técnicas**, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

6.9.1. Da Matriz Geral de Pontuação Técnica:

QUADRO 1 – MATRIZ RESUMIDA DE JULGAMENTO		
ITEM	CRITÉRIO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	Experiência Específica em Operação Similar	16,00
2	Plano de Higiene, Segurança Alimentar e Conformidade Sanitária	14,00
3	Planejamento e Exequibilidade da Implantação Operacional	4,00
4	Plano Operacional, Atendimento e Matriz de Oferta (Cardápio-Base Referencial)	9,00
5	Projeto de Implantação, Layout, Equipamentos e Compatibilização Técnica	7,00
6	Plano de Manutenção, Conservação, Limpeza e Gestão de Resíduos	5,00
7	Plano de Mobilização Operacional e Estruturação da Equipe Inicial	5,00
TOTAL DA NOTA TÉCNICA (NT)		60,00

QUADRO 2 – PLANILHA DETALHADA DA NOTA TÉCNICA				
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO DO SUBCRITÉRIO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	SUBITEM ESSENCIAL
1	1.1	Experiência operacional efetivamente comprovada em atividade compatível com objeto	8	SIM
1	1.2	Consistência, aderência e compatibilidade da experiência operacional comprovada	8	SIM
Subtotal do Item 1			16	
2	2.1	Manual de Boas Práticas / Programa de autocontrole sanitário aplicável à operação	5	SIM
2	2.2	Procedimentos de higiene, manipulação, armazenamento, controle de temperatura e prevenção de contaminação	5	SIM

2	2.3	Rotinas de conformidade sanitária, rastreabilidade mínima, resposta a não conformidades e aderência regulatória	4	SIM
Subtotal do Item 2			14	SIM
3	3.1	Exequibilidade, coerência e consistência do cronograma físico-operacional apresentado	4	SIM
Subtotal do Item 3			4	
4	4.1	Dimensionamento operacional estimado de pessoal por função e por turno	2	SIM
4	4.2	Metodologia de atendimento, fluxo operacional e gestão de filas	2	SIM
4	4.3	Matriz de oferta / cardápio-base referencial por faixa horária	3	SIM
4	4.4	Compatibilidade do mix ofertado com o modelo operacional e com o público-alvo do empreendimento	2	SIM
Subtotal do Item 4			9	
5	5.1	Layout funcional, setorização operacional e compatibilidade com o fluxo do empreendimento	2	SIM
5	5.2	Memorial descritivo dos equipamentos, mobiliário e infraestrutura operacional prevista	2	SIM
5	5.3	Compatibilização técnica com instalações, utilidades, segurança, acessibilidade e restrições do espaço público	3	SIM
Subtotal do Item 5			7	
6	6.1	Plano de manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos	2	SIM
6	6.2	Plano de limpeza estrutural, higienização ambiental e rotinas operacionais de asseio	1,5	SIM
6	6.3	Plano de gestão de resíduos, óleo, recicláveis e logística reversa	1,5	SIM
Subtotal do Item 6			5	
7	7.1	Plano de mobilização de pessoal para pré-operação e início das atividades	2,5	SIM
7	7.2	Programa de treinamento inicial, abertura assistida e estabilização da operação	2,5	SIM

Subtotal do Item 7		5
TOTAL DA NOTA TÉCNICA (NT)		60
8	Nota Econômica – Valor da Outorga Mensal	30
NOTA FINAL (NF)		90

16.9.2. Das Regras Gerais de Aplicação da Matriz;

16.9.2.1. A Nota Técnica (NT) será apurada mediante a soma das pontuações obtidas em todos os subitens previstos no Quadro 2, observados os respectivos limites máximos.

16.9.2.2. Todos os itens e subitens integrantes da matriz técnica são considerados essenciais à adequada compreensão, comparabilidade e aferição da exequibilidade da solução proposta, razão pela qual deverão ser apresentados com conteúdo mínimo compatível com o objeto, em nível suficiente para viabilizar o julgamento objetivo e motivado pela Comissão.

16.9.2.3. A atribuição de pontuação 0,00 (zero) em qualquer item ou subitem da Proposta Técnica não implicará, por si só, desclassificação automática, devendo a Comissão avaliar, de forma motivada, se a ausência, incompatibilidade material, insuficiência absoluta ou inadequação relevante do conteúdo apresentado compromete:

- a) a compreensão mínima da solução proposta;
- b) a comparabilidade objetiva entre as propostas;
- c) a aferição de exequibilidade da solução; ou
- d) a viabilidade material de execução do objeto.

16.9.2.4. Verificado que a falha compromete, de forma substancial, qualquer dos aspectos acima, poderá a proposta ser tecnicamente desclassificada, desde que tal consequência esteja expressamente prevista no Edital e seja aplicada de forma motivada, proporcional, isonômica e vinculada ao instrumento convocatório.

16.9.2.5. A Comissão deverá atribuir pontuação de forma motivada, com base nos documentos efetivamente apresentados, vedada a atribuição genérica, arbitrária ou desacompanhada de fundamentação mínima.

A motivação da nota deverá constar em ata, planilha de julgamento ou relatório técnico, com indicação objetiva:

- a) Dos documentos analisados;
- b) Dos elementos considerados;
- c) Da faixa de enquadramento adotada; e
- d) Da razão concreta da pontuação atribuída. Projeto Vida

16.9.2.6. A mera satisfação do requisito mínimo de habilitação não assegura, por si só, a pontuação máxima nos subitens técnicos correlatos.

6.10. Das Diretrizes Objetivas de Avaliação de Cada Subitem;

6.10.1. Item 1 – EXPERIÊNCIA OPERACIONAL COMPROVADA EM OPERAÇÃO SIMILAR (16,00 PONTOS);

- a. O Item 1 destina-se à aferição da experiência operacional comprovada em operação similar, em nível superior ao mínimo exigido para fins de habilitação, considerando a natureza do objeto, o volume de investimento privado requerido, a necessidade de implantação operacional compatível com as exigências do empreendimento, a operação contínua em ambiente institucional de alta circulação e o interesse da Administração em selecionar parceiro privado com expertise comprovada, estabilidade operacional e menor risco de descontinuidade da prestação.
- b. A pontuação deste item não se confunde com a habilitação técnica mínima e não poderá ser atribuída com base exclusiva na mera antiguidade formal da pessoa jurídica.
- c. Somente será considerada, para fins de pontuação, a atuação efetiva comprovada em atividade empresarial compatível com o objeto, mediante documentação idônea.

6.10.1.1. Subitem 1.1 – Tempo de atuação efetiva comprovada em atividade compatível com o objeto (8,00 pontos)

a) Objeto da avaliação

a.1) Avalia o tempo de efetiva atuação empresarial comprovada da licitante em atividade compatível com a exploração de unidade de alimentação e bebidas, considerada a aderência material com o objeto licitado.

a.2) Não será suficiente, isoladamente, a mera data de constituição da pessoa jurídica, a simples inscrição no CNPJ ou a existência de CNAE compatível desacompanhada de elementos mínimos que demonstrem o efetivo exercício da atividade.

a.3) Serão consideradas compatíveis, sem exigência de identidade absoluta de objeto, experiências relacionadas à operação de:

- cafeterias;
- lanchonetes;
- bistrôs;
- restaurantes;
- unidades de alimentação em ambientes corporativos, institucionais, empresariais, hospitalares, universitários, condominiais, centros administrativos, terminais, shoppings e similares.

b) Documentação apta à comprovação

b.1) A comprovação poderá ser realizada, isolada ou cumulativamente, mediante apresentação de documentos idôneos, tais como:

- atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- contrato(s) de prestação de serviços, concessão, locação comercial ou instrumento(s) equivalente(s), acompanhados, quando necessário, de elementos mínimos de execução;
- notas fiscais, documentos fiscais eletrônicos, faturas, ordens de serviço ou documentos equivalentes;
- alvará(s), licença(s) sanitária(s), licença(s) de funcionamento ou documentos regulatórios compatíveis com a atividade exercida;
- outros documentos objetivamente idôneos que demonstrem a atuação efetiva no ramo.

c) Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente, insuficiente ou incompatível com o objeto;
- **3,00** – Comprovação de atuação efetiva compatível por período de até 5 (cinco) anos;

- **6,00** – Comprovação de atuação efetiva compatível por período superior a 5 (cinco) anos e até 10 (dez) anos;
- **8,00** – Comprovação de atuação efetiva compatível por período superior a 10 (dez) anos.

6.10.1.1. Subitem 1.2 – Robustez, aderência e consolidação da experiência empresarial comprovada (8,00 pontos)

a) Objeto da avaliação

a.1) Avalia a qualidade, consistência, aderência e densidade da experiência empresarial comprovada, em nível superior ao mínimo habilitatório, considerando:

- a compatibilidade material da experiência com o objeto licitado;
- a demonstração de atuação estável e efetiva no segmento;
- a continuidade ou reiteração da operação;
- a coerência entre a experiência demonstrada e a complexidade do empreendimento;
- a aptidão revelada para implantação, operação e manutenção de unidade de alimentação em ambiente de fluxo relevante.

b) Critérios objetivos de análise

b.1) A Comissão avaliará, de forma motivada, entre outros elementos objetivamente verificáveis:

- pluralidade ou continuidade relevante de experiências compatíveis;
- aderência da experiência ao perfil operacional do objeto;
- consistência documental do histórico empresarial;
- demonstração de operação em ambientes com fluxo de público, exigência sanitária, controle de atendimento e rotina estruturada;
- compatibilidade entre a experiência demonstrada e o padrão de serviço pretendido pela Administração.

c) Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente, insuficiente, genérica ou incompatível com o objeto;
- **2,00** – Comprovação mínima de experiência compatível, suficiente apenas para demonstrar aderência básica ao segmento;
- **4,00** – Comprovação razoavelmente consistente, com aderência parcial ou intermediária ao perfil do objeto;
- **6,00** – Comprovação consistente, estável e objetivamente compatível com o objeto, revelando boa aderência operacional ao empreendimento;
- **8,00** – Comprovação robusta, reiterada e altamente aderente ao objeto, revelando consolidação empresarial efetiva no ramo, com histórico consistente de operação compatível com o perfil técnico, sanitário e operacional exigido para a futura concessão.

6.10.2. Item 2 – Plano de Higiene, Segurança Alimentar e Conformidade Sanitária (14,00 Pontos)

6.10.2.1. Subitem 2.1 – Manual de Boas Práticas / Programa de autocontrole sanitário aplicável à operação (5,00 pontos)

6.12.2.1.1. Avalia a apresentação de manual, programa ou conjunto estruturado de diretrizes operacionais de boas práticas aplicáveis à futura unidade, contemplando, no mínimo, premissas de higiene, controle de processos, responsabilidades operacionais e aderência ao padrão sanitário exigível.

a) Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **1,50** – Apresenta conteúdo genérico, sem estrutura mínima aplicável à operação;
- **3,50** – Apresenta conteúdo parcialmente estruturado, com aderência intermediária ao objeto;
- **5,00** – Apresenta conteúdo completo, coerente, aplicável e tecnicamente consistente, compatível com a operação pretendida.

6.10.2.2. Subitem 2.2 – Procedimentos de higiene, manipulação, armazenamento, controle de temperatura e prevenção de contaminação (5,00 pontos)

6.10.2.2.1. Avalia a apresentação de procedimentos operacionais compatíveis com a futura unidade, contemplando manipulação segura, higiene de superfícies e utensílios, armazenamento, conservação, controle de temperatura, prevenção de contaminação cruzada e rotinas correlatas.

a) Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **1,50** – Apresenta conteúdo genérico ou incompleto, sem detalhamento mínimo das rotinas críticas;
- **3,50** – Apresenta conteúdo parcialmente estruturado, com tratamento razoável das rotinas essenciais;
- **5,00** – Apresenta conteúdo completo, coerente, aplicável e tecnicamente consistente, com adequada cobertura das rotinas críticas da operação.

6.10.2.3. Subitem 2.3 – Rotinas de conformidade sanitária, rastreabilidade mínima, resposta a não conformidades e aderência regulatória (4,00 pontos)

6.10.2.3.1. Avalia a apresentação de rotinas mínimas de controle documental e operacional voltadas à conformidade sanitária, incluindo, quando aplicável, registros, rastreabilidade, ações corretivas, resposta a não conformidades e aderência regulatória.

a) Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **1,00** – Apresenta conteúdo genérico, sem detalhamento mínimo de controles;
- **2,50** – Apresenta conteúdo parcialmente estruturado, com aderência intermediária;
- **4,00** – Apresenta conteúdo completo, coerente, aplicável e compatível com o padrão regulatório exigível.

6.10.3. Item 3 – Exequibilidade da Implantação (4,00 Pontos)

6.10.3.1. Subitem 3.1 – Exequibilidade, coerência e consistência do cronograma físico-operacional apresentado (4,00 pontos)

Avalia a coerência entre o prazo ofertado e o cronograma físico-operacional apresentado, considerando a lógica de encadeamento das etapas, a suficiência temporal, a compatibilidade entre frentes de execução, a plausibilidade das atividades previstas e a aderência ao porte do empreendimento.

a) Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente, incompatível, Contraditório ou manifestamente inexecutável;
- **1,00** – Apresenta cronograma genérico, com coerência insuficiente ou baixa previsibilidade de execução;
- **2,50** – Apresenta cronograma parcialmente estruturado, com coerência intermediária e exequibilidade razoável;
- **4,00** – Apresenta cronograma completo, coerente, consistente e objetivamente executável em relação ao prazo ofertado.

6.10.4. Item 4 – Plano Operacional, Atendimento e Matriz de Oferta (Cardápio – Base Referencial) (9,00 Pontos)

6.10.4.1. Subitem 4.1 – Dimensionamento operacional estimado de pessoal por função e por turno (2,00 pontos)

6.10.4.1.1. Avalia a estimativa inicial de dimensionamento de pessoal por função e por turno, em nível compatível com a fase de implantação e início da operação, sem exigência de indicação nominativa de profissionais.

a) Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **0,50** – Apresenta estimativa genérica, sem coerência mínima com a operação;
- **1,00** – Apresenta estimativa básica, com aderência parcial;
- **2,00** – Apresenta estimativa coerente, suficiente e compatível com o porte e o fluxo esperado da unidade.

6.10.4.2. Subitem 4.2 – Metodologia de atendimento, fluxo operacional e gestão de filas (2,00 pontos)

6.10.4.2.1. Avalia a metodologia proposta para organização do atendimento, fluxo de clientes, ordenação da operação e mitigação de filas, considerando a dinâmica do ambiente institucional.

a) Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **0,50** – Apresenta metodologia genérica ou insuficiente;
- **1,00** – Apresenta metodologia básica, com aderência parcial;
- **2,00** – Apresenta metodologia coerente, aplicável e compatível com o fluxo do empreendimento.

6.10.4.3. Subitem 4.3 – Matriz de oferta / cardápio-base referencial por faixa horária (3,00 pontos)

6.10.4.3.1. Avalia a apresentação de cardápio-base referencial ou matriz de oferta por faixa horária, contemplando coerência com o público-alvo, variedade mínima, compatibilidade com a proposta operacional e viabilidade de execução.

a) Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **1,00** – Apresenta cardápio-base genérico, insuficiente ou pouco aderente ao perfil do empreendimento;
- **2,00** – Apresenta cardápio-base parcialmente estruturado, com aderência intermediária;
- **3,00** – Apresenta cardápio-base coerente, diversificado, compatível com o público-alvo e objetivamente executável.

6.10.4.4. Subitem 4.4 – Compatibilidade do mix ofertado com o modelo operacional e com o público-alvo do empreendimento (2,00 pontos)

6.10.4.4.1. Avalia a compatibilidade entre o mix de produtos/serviços ofertados, a capacidade operacional proposta e o perfil do público-alvo, evitando incompatibilidades entre promessa comercial e capacidade de entrega.

a) Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **0,50** – Compatibilidade frágil ou insuficiente;
- **1,00** – Compatibilidade intermediária;
- **2,00** – Compatibilidade elevada, coerente e aderente ao empreendimento.

6.10.5. Item 5 – Projeto de Implantação, Layout, Equipamentos e Compatibilização Técnica (7,00 Pontos).

6.10.5.1. Subitem 5.1 – Layout funcional, setorização operacional e compatibilidade com o fluxo do empreendimento (2,00 pontos)

a) Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **0,50** – Apresenta layout genérico ou insuficiente;
- **1,00** – Apresenta layout básico, com aderência parcial;
- **2,00** – Apresenta layout funcional, coerente e compatível com o fluxo do empreendimento.

6.10.5.2. Subitem 5.2 – Memorial descritivo dos equipamentos, mobiliário e infraestrutura operacional prevista (2,00 pontos)

a) Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **0,50** – Apresenta memorial genérico ou incompleto;
- **1,00** – Apresenta memorial básico, com aderência parcial;
- **2,00** – Apresenta memorial coerente, suficiente e compatível com a operação pretendida.

6.10.5.3. Subitem 5.3 – Compatibilização técnica com instalações, utilidades, segurança, acessibilidade e restrições do espaço público (3,00 pontos)

a) Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **1,00** – Apresenta tratamento genérico ou insuficiente;
- **2,00** – Apresenta compatibilização parcial, com aderência intermediária;
- **3,00** – Apresenta compatibilização técnica coerente, suficiente e aderente às condições do espaço público.

6.10.6. Item 6 – Plano de Manutenção, Conservação, Limpeza e Gestão de Resíduos (5,00 Pontos)

6.10.6.1. Subitem 6.1 – Plano de manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos (2,00 pontos)

a) Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **0,50** – Apresenta plano genérico, sem detalhamento mínimo das rotinas;
- **1,00** – Apresenta plano básico, com indicação parcial de rotinas de manutenção;
- **2,00** – Apresenta plano coerente, estruturado e compatível com a operação.

6.10.6.2. Subitem 6.2 – Plano de limpeza estrutural, higienização ambiental e rotinas operacionais de asseio (1,50 ponto)

a) Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **0,50** – Apresenta plano genérico, sem definição mínima de frequência, áreas ou rotinas;
- **1,00** – Apresenta plano parcialmente estruturado, com indicação básica das rotinas relevantes;
- **1,50** – Apresenta plano completo, coerente e compatível com a operação.

6.10.6.3. Subitem 6.3 – Plano de gestão de resíduos, óleo, recicláveis e logística reversa (1,50 ponto)

a) Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **0,50** – Apresenta plano genérico, sem definição mínima de segregação ou destinação;
- **1,00** – Apresenta plano parcialmente estruturado, com indicação básica de manejo;
- **1,50** – Apresenta plano coerente, suficiente e compatível com a natureza da operação.

6.10.7. Item 7 – Plano de Mobilização Operacional e Estruturação da Equipe Inicial (5,00 Pontos)

6.10.7.1. Subitem 7.1 – Plano de mobilização de pessoal para pré-operação e início das atividades (2,50 pontos)

6.10.7.1.1. Avalia a apresentação de plano de mobilização da equipe inicial, com indicação estimada de perfis, funções, fases de recrutamento/ativação e coerência com o cronograma de implantação, sem exigência de indicação nominativa.

a) Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **0,50** – Apresenta plano genérico ou insuficiente;
- **1,50** – Apresenta plano parcialmente estruturado, com aderência intermediária;
- **2,50** – Apresenta plano coerente, suficiente e compatível com a implantação e o início da operação

6.10.7.2. Subitem 7.2 – Programa de treinamento inicial, abertura assistida e estabilização da operação (2,50 pontos)

6.10.7.2.1. Avalia a apresentação de programa de treinamento inicial, procedimentos de abertura assistida e medidas de estabilização da operação nos primeiros dias de funcionamento.

a) Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **0,50** – Apresenta conteúdo genérico ou insuficiente;
- **1,50** – Apresenta conteúdo parcialmente estruturado, com aderência intermediária;
- **2,50** – Apresenta programa coerente, aplicável e compatível com a fase inicial de operação.

6.11. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

6.12. DA PROPOSTA DE PREÇO:

6.12.1. O licitante deverá apresentar sua proposta contendo os seguintes dados:

- a)** Valor mensal unitário, valor mensal e o valor anual do item.

b) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

c) Conter o nome, CNPJ e endereço da empresa, ser datada, assinada, conter a discriminação do objeto, o valor unitário e total ofertado nesta licitação, marca/modelo e número de série (se houver) de todos os componentes e equipamentos que fazem parte do escopo de fornecimento.

d) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

6.12.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.12.3. Apresentar validade de no mínimo **60 (sessenta) dias consecutivos, a contar de sua apresentação.**

6.12.3.1. Caso o prazo de que trata o item acima não esteja expressamente indicado na proposta, ele será considerado como aceito para efeito de julgamento.

6.12.4. Ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

6.12.5. A apresentação da proposta implica na declaração de conhecimento e aceitação de todas as condições da presente licitação, vinculando a licitante às informações e especificações apresentadas na proposta.

6.12.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.12.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

6.12.8. A Licitante/Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na alínea "d", do Inciso II do artigo 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.12.9. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei n. 14.133/2021 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.12.10. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

a) Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual.

b) Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.12.11. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.12.12. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os insumos necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.12.13. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que **não alterem a substância das propostas**;

6.13.2. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13.3. As propostas que atenderem em sua essência aos requisitos do Edital, mas possuírem erro de forma ou inconsistências será verificada quanto aos erros, os quais serão corrigidos, devendo a Administração oportunizar prazo para que a licitante apresente a nova planilha corrigida, na forma indicada a seguir:

- a) quando houver discrepâncias entre os preços unitários e totais: prevalecerão os preços totais, devendo os unitários serem readequados, não podendo haver a majoração da proposta, e, havendo discordância entre os preços em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
- b) quando houver erros de transcrição das quantidades do projeto para a proposta: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se como referência o preço Total, corrigindo-se a quantidade e o preço unitário;
- c) quando houver erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se como referência o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto;
- d) quando houver erro de adição: será retificado, conservando-se as parcelas e corrigindo-se o resultado, sempre tendo como base o preço total ofertado;
- e) verificado em qualquer momento, até o término do contrato, incoerências ou divergências de qualquer natureza nas composições dos preços unitários dos serviços, será adotada a correção que resultar no menor valor.

6.13.4. O valor total da proposta poderá ser ajustado em conformidade com os procedimentos mencionados desde que resulte valor a menor. O valor resultante constituirá no valor contratual. Se a licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será rejeitada.

6.14. A critério do(a) **Agente de Contratação**, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

6.15. O(a) **Agente de Contratação** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Rio Verde ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

6.16. DA NOTA DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.16.1. Será atribuída ao licitante uma **Nota Econômica (NE)**, de acordo com o seguinte parâmetro matemático;

6.16.1.1. A proposta que apresentar o maior valor de outorga mensal válido receberá a pontuação máxima de 30,00 (trinta) pontos. As demais propostas terão sua Nota Econômica calculada de forma proporcional, mediante aplicação de regra de três simples, conforme a fórmula estabelecida abaixo, assegurando-se que a pontuação seja diretamente proporcional ao valor de outorga ofertado.

6.16.1.2. Considerando que a proposta de maior valor (MV) recebe 30 pontos, a pontuação das demais propostas será calculada por regra de três simples, conforme abaixo:

$$NE = (VO / MV) \times 30$$

NE = Nota Econômica da licitante;

VO = Valor de Outorga Mensal ofertado pela licitante avaliada;

MV = Maior Valor de Outorga Mensal válido entre as propostas classificadas.

Exemplo prático

Suponha:

Maior outorga (MV) = R\$ 10.000

Proposta avaliada (VO) = R\$ 8.000

NE = $(8.000/10.000) \times 30 = 24$ pontos

6.16.1.3. A Nota Econômica (NE) será calculada com até duas casas decimais, aplicando-se o critério de arredondamento matemático convencional (regra do arredondamento simétrico), pelo qual a terceira casa decimal igual ou superior a 5 (cinco) implica arredondamento para cima, e inferior a 5 (cinco), para baixo.

6.16.1.4. Não serão admitidas propostas econômicas:

- Inferiores ao valor mínimo de outorga mensal fixado no Edital, se houver;
- Manifestamente inexecutáveis;
- Incompatíveis com as regras deste certame.

6.16.2. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final das licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = (70 * NT + 30 * NE) / 100$$

onde:

NF = Nota Final;

NT = Nota da Proposta Técnica;

NP = Nota Econômica (NE).

6.16.3. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens **5.1.1.** e **5.1.2.**, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante. (art. 21, §2º, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

6.16.4. Será declarada vencedora a licitante que obtiver a maior Nota Final (NF), observadas as condições do instrumento convocatório.

6.16.5. Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte em relação àquelas empresas que não detenham essa condição (se o valor estimado da licitação **não** for superior ao valor máximo admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte).

6.16.5.1. Nos termos do art. 4, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de licitações), os benefícios para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 **não são aplicadas** no caso de licitação cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. Ou seja, se o valor estimado da licitação for superior ao valor máximo admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte não haverá a aplicação dos benefícios de ME e EPP.

6.16.5.2. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.16.5.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16.5.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.16.5.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.16.5.6. No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.

6.16.6. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.15.5.1. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.15.5.2. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.16.7. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço mínimo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

6.16.7.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço mínimo definido pela Administração.

6.16.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.16.7.3. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

6.16.7.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6.17. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias da licitante que a tiver formulado, com base na documentação e proposta apresentada.

6.18. Se a proposta não for aceitável, se o licitante deixar de enviar a proposta ou, ainda, se não atender às exigências habilitatórias, o(a) **Agente de Contratação** examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

6.18.1. No caso previsto no item anterior, o(a) **Agente de Contratação** poderá negociar com o licitante, para que seja obtido melhor preço.

6.19. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos.

7. DA HABILITAÇÃO E JULGAMENTO

7.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos documentos por ele abrangidos (Art. 36, IN Seges/MGI n.º 2/2023).

7.1.1. Os documentos de Habilitação que não estiverem contemplados no SICAF, serão enviados por meio do sistema quando solicitado pelo Agente de Contratação, até a conclusão da fase de habilitação (Art. 36, §1º, IN Seges/MGI n.º 2/2023).

7.1.1.1. O prazo para apresentação dos documentos mencionados no item 7.1.1 acima será de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, mediante solicitação e justificativa do licitante, aceita pelo Agente de Contratação ou de ofício, (Art. 36, §5º, IN Seges/MGI n.º 2/2023).

7.1.1.2. Após a apresentação da documentação de Habilitação acima mencionada, item 7.1.1 e expirado o prazo mencionado no item 7.1.1.1, fica vedada a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo diligência, conforme previsto no (Art. 36, §4º, IN Seges/MGI n.º 2/2023).

7.1.2. O **Agente de Contratação** poderá consultar os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o(s) licitante(s) esteja(m) com alguma vencida, ou que tenha deixado de apresentar (anexar), realizando assim a emissão, no entanto, não se responsabilizará pela possível indisponibilidade desses sistemas, quando da consulta no julgamento da habilitação, sendo de inteira responsabilidade da licitante a comprovação de sua habilitação (Art. 36, §6º, IN Seges/MGI n.º 2/2023).

7.1.3. A não apresentação dos documentos exigidos neste edital implicará em inabilitação da licitante,

salvo se houver a possibilidade de consulta via internet durante o julgamento da habilitação pelo **Agente de Contratação**, condicionado ao estipulado no item 7.1.2.

7.1.4. A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.2. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

7.3. O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 7.1, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, sendo parte da documentação complementar ou caso não estejam abrangidos pelo SICAF, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
- (C) Documentação relativa à regularidade fiscal;
- (D) Documentação relativa à regularidade e trabalhista;
- (E) Declaração de que não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- (F) Atestado de Visita Técnica ou Declaração de Dispensa de Visita Técnica.

(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- (A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- (A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;
- (A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.
 - (A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.
- (A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.
- (A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- (A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(B) – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis (demonstração de resultado de exercício) dos 2 dois últimos exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da lei (termo de abertura e encerramento do livro diário quando o registro do Órgão Competente constar somente neste), devidamente autenticados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente.

(B.1.a) Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais a 1 (um) inteiro, resultantes da aplicação das fórmulas:

<p>Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo</p> <p>LG = -----</p> <p>-----</p> <p>Passivo Circulante + Passivo Não Circulante</p>	<p>Ativo Total</p> <p>SG = -----</p> <p>-----</p> <p>Passivo Circulante + Passivo Não Circulante</p>	<p>Ativo Circulante</p> <p>LC = -----</p> <p>----</p> <p>Passivo Circulante</p>
--	--	---

(B.1.b) Os licitantes poderão apresentar no lugar do documento solicitado no item **(B.1.a)**, ou **quando algum dos índices forem menos que 1**, prova de que possuem, na data da apresentação da proposta, capital social ou patrimônio líquido mínimo, igual ou superior a **10% (dez por cento)**, **do valor total pretendido pelo licitante em sua proposta final.**

(B.1.1) – A licitante que utiliza a escrituração em livro digital deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, acompanhado do Recibo de entrega do livro digital/Termo de Autenticação do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou vir acompanhado de Certidão da Junta Comercial que ateste o arquivamento da ata da Assembleia Geral Ordinária de aprovação do Balanço Patrimonial, conforme prevê o §5º do artigo 134, da Lei nº 6.404/76, ou ainda, a publicação do mesmo no Diário Oficial, ou na forma artigo 16 da Lei Complementar nº 182, de 01/06/2021.

(B.1.2.2). Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial e a demonstração de resultado de exercício, acompanhado dos termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis quando o registro do Órgão Competente constar somente neste, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de um ano, esta deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.1.2.2.2) Os documentos referidos na **alínea B.1** deste item, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 1 (um) ano.

(B.1.3) - A comprovação do **patrimônio líquido** deverá ser feita por meio dos valores descritos no próprio **Balanço Patrimonial**.

(B.1.4) As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar os documentos descritos nos itens anteriores.

(B.2) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, datado dos últimos **60 (sessenta)** dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

(B.2.1) Quando se tratar de empresa em Recuperação Judicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente a qual homologou o plano/projeto de recuperação judicial, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório e a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado.

(C) – REGULARIDADE FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão

Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, em conjunto com Previdência Social - INSS, de acordo com a Portaria n.º 358/2014 (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional –PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa, ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.4) Prova de Regularidade perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS.

(C.5) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.5.a) Caso a documentação apresentada pela **microempresa ou empresa de pequeno porte** contenha alguma restrição, lhe será assegurado o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.5.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

(C.5.c) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

(C.5.d) Nos termos do art. 4, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 (lei de licitações), os benefícios para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#) **não são aplicadas** no caso de licitação cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. Ou seja, se o valor estimado da licitação for superior ao valor máximo admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte não haverá a aplicação dos benefícios de ME e EPP mencionado no caput deste item.

(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE TRABALHISTA

(D.1) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

(E) - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO TENHA CELEBRADO CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CUJOS VALORES SOMADOS EXTRAPOLEM A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA FINS DE ENQUADRAMENTO COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

(E.1) Todas as microempresas e empresas de pequeno porte que desejam fazer jus aos benefícios constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), deverão apresentar esta declaração em obediência ao que dispõe o § 2º, art. 4º da Lei 14.133/2021.

(F) – ATESTADO DE VISITA TÉCNICA OU DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA;

(F.1) Atestado de Visita Técnica ou Declaração de Dispensa de Visita Técnica, firmada por seu representante legal, assumindo ciência plena das condições do local e renunciando expressamente ao direito de apresentar questionamentos futuros sobre aspectos físicos ou operacionais da área

concedida. A apresentação dessa declaração será aceita em substituição ao atestado, para fins de habilitação.

7.4. Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

7.5. Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, **60 (sessenta) dias**, contados até a data da realização da licitação.

7.5.1 - Ficam excluídos da validade acima mencionada, os atestados técnicos, na forma do §2º do artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.6. Em caso de convocação dos licitantes remanescentes para participação de ata complementar, os documentos descritos nos itens “A” ao “E”, em havendo alteração ou findo a validade, deverão ser apresentados devidamente atualizados, ficando sujeitos a desclassificação/inabilitação em caso de descumprimento.

7.7. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

7.7.1. No caso de participação de Cooperativas, estas deverão ser constituídas conforme Lei nº 5.764/71, desde que comprovem todos os requisitos de HABILITAÇÃO descritos neste Edital, salvo aqueles que a própria lei os dispensar.

7.7.2. Estando dispensadas de apresentar alguma documentação **Habilitação do item 7**, deverão declarar e comprovar que se encontram dispensadas, na forma da Lei, devendo fundamentar no artigo da referida lei e, se assim não o fizer serão julgadas inabilitadas;

7.7.3. As cooperativas deverão apresentar também os seguintes documentos como requisito de habilitação:

- a) Ata de fundação;
- b) Comprovação expressa, de que a Cooperativa pode prestar serviços a não cooperados;
- c) Regimento interno;
- d) Regimento dos fundos (com ata de aprovação);
- e) Ata de sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;
- f) No estatuto social deverá ser previsto que a Assembleia Geral é órgão máximo da sociedade e deve deter poderes de revisão sobre os atos da Diretoria.

7.8. O não atendimento dos itens “6 – Do Julgamento das Propostas e do Direito de Preferência” e “7 – Da Habilitação e Julgamento” ensejará na desclassificação/inabilitação da empresa.

7.9. Não serão aceitos pelo (a) **Agente de Contratação** “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

7.10. Se a licitante não atender às exigências de habilitação, o (a) Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta e documentações que melhor atendam a este Edital.

7.11. O(a) **Agente de Contratação** poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.11.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **caput**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

8.1. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar em arquivo único, no prazo de 02 (duas) horas contadas a partir da solicitação do(a) Agente de Contratação no sistema eletrônico, a proposta de preço reformulada e documentação complementar (quando esta solicitada pelo Agente de Contratação).

8.1.1. O prazo estabelecido no subitem acima poderá ser prorrogado pelo(a) **Agente de Contratação** no caso da ocorrência de fato excepcional superveniente para o qual não tenha concorrido a licitante;

8.1.2. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, sistemas semelhantes mantidos pelos entes federativos, nos documentos por eles abrangidos (Art. 36, IN Seges/MGI n.º 2/2023).

8.1.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e sistemas semelhantes mantidos pelos entes federativos, serão enviados nos termos do disposto no (Art. 36, §1º IN Seges/MGI n.º 2/2023).

8.1.4. A proposta de preço e os documentos complementares de habilitação deverão ser encaminhados por meio da opção “enviar anexo” do sistema COMPRASNET;

8.2. Os documentos remetidos por meio do sistema COMPRASNET poderão ser solicitados pelo(a) **Agente de Contratação** em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, devendo ser encaminhado em prazo não superior a 5 (cinco) dias.

8.2.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Rio Verde, no endereço descrito no preâmbulo.

8.3. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta ou documentação indicada no subitem 8.1, será desclassificada/inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

9. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

9.1. Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providências, assim como de impugnar o Edital, aquele que não o fizer até às 17h00min do **terceiro dia útil** antecedente à data de abertura da sessão da licitação.

9.2. Caberá ao(a) Agente de Contratação, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos (Art. 17, §1º IN Seges/MGI n.º 2/2023).

9.3. Acolhida à petição contra o Edital, **caso** acarrete mudança que afetará a confecção das Propostas, será designada nova data para a realização do certame.

9.4. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não o impedirá de participar de processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

9.5. Na fluência dos prazos para interposição de impugnação, o processo ficará no Departamento de Licitação, onde as licitantes poderão ter vista dos autos.

9.6. As impugnações interpostas fora do prazo serão consideradas intempestivas.

9.7. Qualquer pedido de esclarecimento e/ou impugnação quanto ao Edital poderá ser solicitado/interposto junto à Comissão Permanente de Licitações, por e-mail: licitacao@rioverde.go.gov.br

9.7.1. Os pedidos de esclarecimento e/ou impugnação encaminhados só terão validade após a devida confirmação de recebimento via e-mail por parte da entidade impugnada.

9.8. A decisão sobre o pedido de esclarecimentos ou impugnação ao Edital será publicada no site da Prefeitura, qual seja: <http://www.rioverde.go.gov.br>.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, **não inferior a 10 minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor. (Art. 37, IN Seges/MGI n.º 2/2023).

10.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em **campo próprio no sistema**, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação. (Art. 37, §1º IN Seges/MGI n.º 2/2023).

10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10.7. Os recursos interpostos fora do prazo ou por e-mail não serão conhecidos.

11. DA CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

11.1. As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

11.2. Caso o Sistema da licitação fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva da licitação, por mais de 30 (trinta) minutos, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras>.

11.2.1. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

11.3. A desconexão do(a) **Agente de Contratação** no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o **Agente de Contratação**, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

11.3.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) **Agente de Contratação** persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação. <https://www.gov.br/compras>.

12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. A decisão da **AUTORIDADE COMPETENTE** será publicada no sítio da Prefeitura Municipal de Rio Verde. www.rioverde.go.gov.br

12.3. Integra o presente Edital, sob a forma de **Anexo 2**, a minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre a **CONTRATANTE** e a ADJUDICATÁRIA.

12.4. Uma vez homologado o resultado da licitação pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, poderá ser a licitante vencedora, convocada, **para no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

12.4.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

12.5. Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o Contrato ou a ata de registro de preços, ou aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá o(a) **Agente de Contratação**, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas à faltosa, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte. (art. 90, §2º da Lei 14.133/21)

12.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 12.5, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

12.6.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

12.6.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.7. A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital através do SICAF ou CRC – Certificado de Registro Cadastral do Município devidamente atualizados.

12.8. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo (Art. 91, § 4, Lei 14.133/2021).

12.9. O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos equipamentos fornecidos.

12.10. A Fiscalização da execução do objeto contratado, será indicada pela **AUTORIDADE COMPETENTE**.

12.11. A recusa injustificada da ADJUDICATÁRIA em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou prestar os serviços/fornecer os produtos no prazo estipulado pela ADMINISTRAÇÃO, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita aos licitantes remanescentes que se negarem a aceitar a contratação cujo prazo da proposta esteja vencido.

13. DAS OBRIGAÇÕES

13.1. Pelo presente instrumento convocatório, observados todos os preceitos legais, na forma da Lei vigente a LICITANTE VENCEDORA obriga-se precipuamente:

13.1.1. Fazer o Cadastro de Fornecedor (CRC) junto ao Município em até **05 (cinco) dias úteis**, após a Homologação da licitação e mantê-lo atualizado durante toda a vigência do Contrato, ficando sujeito às penalidades cabíveis em caso de descumprimento.

13.1.2. Comunicar o Município por escrito, **no prazo de 03 (três) dias úteis**, quaisquer alterações ocorridas no Contrato Social, durante o prazo de vigência do Proposta e/ou Contrato, bem como apresentar documentos comprobatórios, ficando sujeito às penalidades cabíveis em caso de descumprimento.

13.1.3. Assinar o CONTRATO no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, após a comunicação formal, ficando sujeito às penalidades cabíveis em caso de descumprimento.

13.2. É obrigação da licitante vencedora cumprir o objeto licitado(s), descrito(s) no Formulário da Proposta, que poderá a qualquer tempo, sem aviso prévio, ser vistoriado pela ADMINISTRAÇÃO, ficando o contrato rescindido se verificado qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos e/ou serviços.

13.3. O(a) licitante vencedor(a) deverá observar com rigor a pontualidade e assiduidade na prestação de serviço/fornecimento, objeto deste Edital, **ficando sujeito à multa em caso de descumprimento**.

13.4. O descumprimento de qualquer das obrigações do(a) licitante vencedor(a) implicará na aplicação de multa correspondente, de acordo com as normas estabelecidas em contrato.

13.5. Se o(a) licitante vencedor(a), injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da confecção do contrato ou da nota de empenho, será facultado a Administração, retomar a sessão, os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o(a) **Agente de Contratação** examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes neste Edital e na legislação pertinente. (Art. 90, §2º da Lei 14.133/21)

13.5.1. Se o (a) licitante vencedor(a), injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da confecção do contrato ou instrumento equivalente, estará sujeito às penalidades constantes neste Edital e na legislação pertinente.

13.6. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, a sessão da licitação poderá ser retomada.

13.7. Cabe, ainda, ao licitante vencedor e ao contratado se submeter às Cláusulas da Minuta Contratual, que se encontra como documento Anexo deste Edital.

14. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. A medição para fins de pagamento da outorga onerosa será realizada mensalmente, considerando o valor fixo da outorga estabelecido no contrato, conforme proposta vencedora do certame, acrescido dos Encargos de Desempenho Operacional eventualmente apurados no período, nos termos do Modelo de Execução do Objeto.

14.2. O valor da outorga mensal corresponde ao montante fixo ofertado pela concessionária, não estando vinculado ao faturamento ou à receita auferida com a exploração do espaço.

14.3. O pagamento da outorga onerosa deverá ser efetuado mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido, em favor do Município, na forma e conta a serem indicadas pela Administração.

14.4. Em razão da natureza da concessão de serviço público com uso de bem público e remuneração por meio de exploração econômica, não se aplica o regime de recebimento provisório e definitivo, previsto para contratos administrativos de obras e serviços, sendo a obrigação principal da concessionária caracterizada pela operação contínua do serviço e pelo recolhimento mensal da outorga.

14.5. A remuneração da CONCESSIONÁRIA decorrerá exclusivamente da exploração comercial do café-bistrô implantado no espaço concedido, incluindo a comercialização de alimentos, bebidas e demais produtos correlatos.

14.6. Nenhum valor será devido pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, a qualquer título, em razão da implantação, manutenção ou exploração do objeto da concessão, sendo a atividade exercida por conta e risco da concessionária.

14.7. Em caso de atraso no pagamento pela outorga será aplicado correção sobre o valor devido, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, além de juros de 1% (um por cento) ao mês.

15. DAS PENALIDADES

15.1. A licitante vencedora e/ou contratada que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente

Edital ficará sujeito às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 (Título IV – Das Irregularidades), Minuta Contratual (anexo 2) parte integrante deste instrumento e do presente Edital.

15.1.1. Serão ainda aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/2021 as seguintes sanções:

15.1.1.1. Impedimento de licitar e contratar quando:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) quando se tratar de amostra, o licitante que não apresentar dentro do prazo estipulado (no caso da impossibilidade da apresentação das amostras por motivo não previsto, o licitante deverá comunicar a Administração formalmente com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito horas) devidamente justificado, sendo facultado a prorrogação do prazo pela Administração);

15.1.1.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar quando:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. Não há dotação orçamentária, pelo fato de a contratação não gerar despesa para Administração.

17. DA GARANTIA

17.1. Será exigido como condição para assinatura do contrato, a prestação de GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO em favor do PODER CONCEDENTE, na forma disposta no EDITAL, o valor equivalente ao percentual de 5% do valor anual do CONTRATO, a qual deverá ser mantida durante toda a vigência da CONCESSÃO, devendo ser renovada anualmente pela CONCESSIONÁRIA.

17.2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO assegurará o fiel cumprimento do CONTRATO pela CONCESSIONÁRIA e poderá ser executada para cobrir os seguintes eventos:

- a) ressarcimento de custos e despesas incorridas pelo PODER CONCEDENTE em face da omissão ou inadimplemento contratual pela CONCESSIONÁRIA;
- b) devolução dos BENS REVERSÍVEIS em desconformidade com as exigências aplicáveis;
- c) não pagamento das multas que forem aplicadas à CONCESSIONÁRIA, razão da recusa ou falha em realizar o pagamento dentro do prazo máximo concedido pelo PODER CONCEDENTE ou nos prazos explicitamente fixados em CONTRATO.
- d) prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA aos usuários pelos quais o PODER CONCEDENTE

venha a ser responsabilizado solidariamente;

e) A rescisão unilateral do contrato por parte da concessionária.

17.3. Se o valor das multas contratuais eventualmente impostas à CONCESSIONÁRIA for superior ao valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, além da perda desta, a CONCESSIONÁRIA responderá pela diferença e pela reposição do valor integral da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

17.4. Sempre que utilizada a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá recompor o seu valor integral, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da utilização, sob pena de aplicação das penalidades previstas no CONTRATO.

17.5. A recomposição de que trata o item acima poderá ser efetuada pela CONCESSIONÁRIA mediante a complementação da garantia existente ou a contratação de nova(s) garantia(s), de maneira que o valor total da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO seja sempre equivalente ao montante total definido no CONTRATO.

17.6. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO referida neste item poderá assumir qualquer das modalidades previstas no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.7. O contratado terá o prazo de 01 (um) mês para prestação da garantia, contados a partir da homologação.

17.8. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas, a apólice deverá ser emitida por seguradora devidamente registrada junto a SUSEP.

17.9. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

17.10. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto

17.11. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

17.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

17.13. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica, com correção monetária.

17.14. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

17.15. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

17.16. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

17.17. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

17.19. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

17.20. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

17.21. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.

17.22. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

17.23. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

17.24. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste termo.

17.25. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será reajustada anualmente, conforme variação do IPCA, ou, na hipótese de sua extinção, pelo índice que vier a substituí-lo.

18. DOS PRAZOS

18.1. A concessão onerosa de uso de bem público, objeto deste Termo de Referência, terá vigência inicial de 10 (dez) anos, contados a partir da data da última assinatura eletrônica das partes no contrato, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos da legislação vigente, desde que demonstrado o interesse público e preservado o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

19. DA FISCALIZAÇÃO

19.1 - O objeto desta licitação será fiscalizado **pelo Secretário da pasta**, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização, ou servidor expressamente designado.

19.2 – Compete à fiscalização pela equipe designada pela **Secretaria**, entre outras atribuições:

19.2.1 - Verificar a conformidade da execução dos serviços com as normas especificadas e a adequação dos procedimentos, pessoal e materiais empregados na qualidade desejada para os serviços.

19.3 - A ação da fiscalização não exonera a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

19.4 - Em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações constantes do Edital será sempre consultada a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo. A decisão tomada pela Fiscalização deverá ser comunicada à empresa contratada obrigatoriamente de forma escrita e oficial.

19.5. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

19.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Nº 14133/2021.

19.7- Na fiscalização serão ainda observadas as demais condições relacionadas na Minuta de Contrato.

20. DA VISTORIA

20.1. Fica facultada às licitantes a realização de visita técnica ao local onde será implantado o café-bistrô, com a finalidade de conhecimento das condições do espaço, infraestrutura existente e demais aspectos que possam influenciar na elaboração da proposta.

20.2. O agendamento das visitas poderá ser feito a partir do 1º (primeiro) dia útil após a publicação do edital de licitação até o terceiro dia útil imediatamente anterior à data de realização do certame. Os interessados deverão entrar em contato com a Administração do Paço Municipal para marcar data e hora da visita, por meio do e-mail mateus.aguiar@rioverde.go.gov.br ou telefone (64) 992288758.

20.3. A visita deverá ser realizada por representante da licitante devidamente identificado, munido de documento que comprove sua condição de representante legal ou vínculo com a empresa.

20.4. A apresentação desse atestado será obrigatória na fase de habilitação da licitação, como parte dos documentos exigidos para validação da proposta.

20.5. Alternativamente, o interessado poderá apresentar Declaração de Dispensa de Visita Técnica, firmada por seu representante legal, assumindo ciência plena das condições do local e renunciando expressamente ao direito de apresentar questionamentos futuros sobre aspectos físicos ou operacionais da área concedida. A apresentação dessa declaração será aceita em substituição ao atestado, para fins de habilitação.

20.6. A não apresentação do Atestado de visita técnica ou da Declaração de dispensa acarretará a inabilitação do licitante, salvo justificativa formalmente aceita pela Comissão de Licitação, conforme previsto no edital.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. É facultado ao (a) **Agente de Contratação** ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.**

21.2. Fica assegurado à Autoridade Competente, mediante justificativa motivada, o direito de a qualquer tempo e no interesse da Administração, adiar a data de abertura, anular ou revogar a presente licitação, total ou parcialmente, sem que caiba direito de qualquer indenização, bem como alterar as condições deste Edital, divulgando-o pela mesma forma que se deu o texto original, fixando novo prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, a alteração não afetar a formulação das propostas, nos termos do § 1º, art. 55 da Lei 14.133/2021.

21.3. Os Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.4. Após a abertura do certame, não caberá desistência da proposta ofertada, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente o qual o (a) **Agente de Contratação** terá a faculdade de aceitar depois de devidamente analisado.

21.5. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto ora licitado, sem expressa anuência do Contratante.

21.6. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação

21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e nos seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Rio Verde.

21.8. O desatendimento das exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta:

21.8.1. Por exigências formais não essenciais entende-se que são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualidade, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.

21.9. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro Contrato ou instrumento equivalente.

21.10. A Administração poderá, até a assinatura da Ordem de Fornecimento/Serviço, inabilitar a licitante, por

despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da Licitante.

21.10.1. Ocorrendo a situação acima, o (a) **Agente de Contratação** convocará o (a) s licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a Proponente mais bem classificada e posterior Habilitação, sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado os objetos desta licitação.

21.11. É de responsabilidade do (a) licitante o acompanhamento do processo **até a data da realização da sessão pública** e demais atos.

21.12. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

21.13. Aos casos omissos, aplicarão as demais disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

21.14. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se o Foro da Comarca de Rio Verde, Estado de Goiás, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Rio Verde - GO, datado e assinado digitalmente.

Álvaro César de Souza Costa
Secretário de Planejamento e Gestão

ANEXO 1 – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO: Nº 423/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Concessão onerosa de uso de espaço público, mediante procedimento licitatório, destinada à implantação, operação e exploração comercial de café-bistrô na área de convivência do Paço Municipal, incluindo a prestação de serviços de alimentação e bebidas aos usuários, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Item	Descrição/Especificação	Outorga mínima mensal
01	Concessão onerosa de uso de espaço público, destinada à implantação, operação e exploração comercial de café-bistrô na área de convivência do Paço Municipal	R\$ 3.000,00

1.1 O valor estimado da contratação decorre da outorga onerosa mensal a ser paga pela futura concessionária, a qual será definida por valor fixo mensal, observado o valor mínimo estabelecido neste Termo de Referência e o valor final ofertado pela licitante vencedora, a ser conhecido somente após a conclusão do procedimento licitatório.

1.1.1 O valor econômico do contrato possui caráter estimativo, sendo utilizado exclusivamente para fins de planejamento e instrução processual, nos termos do Estudo Técnico Preliminar. O valor efetivo da contratação será apurado com base na outorga mensal ofertada pela licitante vencedora, projetada ao longo da vigência contratual, razão pela qual o montante global do contrato será definido após a adjudicação do objeto.

1.1.2 Para fins de estimativa do valor do contrato, será adotado o valor mínimo mensal de outorga estabelecido no Estudo Técnico Preliminar, projetando-se o montante anual com base no período de 12 (doze) meses, totalizando R\$ 3.000,00 mensais e R\$ 36.000,00 anuais.

1.2 A presente contratação refere-se à concessão onerosa de uso de bem público, destinada à exploração comercial de atividade privada em espaço pertencente à Administração, não se caracterizando como concessão de serviço público, nem implicando delegação de prestação de serviço público ao particular.

1.3 A concessão onerosa de uso de bem público, objeto deste Termo de Referência, terá vigência inicial de 10 (dez) anos, contados a partir da data da última assinatura eletrônica das partes no contrato, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente, desde que demonstrado o interesse público e preservado o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

1.4 Os elementos, premissas e diretrizes constantes do Estudo Técnico Preliminar e do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira deverão ser obrigatoriamente observados pelas licitantes na elaboração de suas propostas, bem como pela concessionária durante toda a execução contratual, passando a integrar o contrato para todos os fins, como parâmetros mínimos de desempenho, operação e viabilidade do empreendimento.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste termo de referência.

3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Com vistas a assegurar a adequada seleção da proposta mais vantajosa e a correta execução da concessão de uso, os requisitos da contratação são estabelecidos de forma objetiva e distribuídos conforme as fases do procedimento, compreendendo: (i) fase de proposta e (ii) fase de execução contratual.

3.1 REQUISITOS DA FASE DE PROPOSTA

3.1.1 Na fase de apresentação de propostas, a licitante deverá demonstrar:

a) Indicação do mix de produtos a ser ofertado, contemplando, no mínimo:

- cafés especiais;
- bebidas frias;
- salgados finos;
- itens de confeitaria;
- almoço executivo (prato do dia);

3.2 REQUISITOS DA FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Durante a execução contratual, a concessionária deverá observar integralmente os seguintes requisitos:

3.2.1 Operação e funcionamento

a) Manter funcionamento regular, de forma contínua, no horário mínimo de 07h às 18h, de segunda a sexta-feira;

b) Assegurar padrão de qualidade compatível com o ambiente institucional do Paço Municipal, sendo responsável pela qualidade dos produtos e serviços prestados;

3.2.2 Níveis de serviço (SLA)

c) Observar os seguintes tempos máximos de atendimento:

- até 3 (três) minutos para cafés e bebidas prontas;
- até 10 (dez) minutos para pratos executivos;

3.2.3 Equipe operacional

d) Manter equipe dimensionada de forma compatível com a demanda operacional;

e) Garantir que os colaboradores estejam:

- devidamente uniformizados;
- capacitados em manipulação de alimentos;
- aptos ao atendimento inclusivo, observando as prioridades legais;

3.2.4 Higiene e segurança alimentar

f) A concessionária deverá obter o Alvará Sanitário junto ao órgão competente, após a implantação da estrutura física e antes do início das atividades operacionais, sendo vedado o início do funcionamento sem a devida autorização;

g) Observar integralmente as normas sanitárias aplicáveis;

h) Implementar e manter atualizado:

- Manual de Boas Práticas;
- Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs);

i) Assegurar:

- controle de validade dos produtos;
- rastreabilidade de fornecedores;
- controle adequado de armazenamento e temperatura;

j) Submeter-se à fiscalização periódica da Administração, incluindo verificação de higiene, controle de pragas e condições operacionais;

3.2.5 Preservação do espaço e convivência

k) Obter autorização prévia da Administração para qualquer intervenção estrutural não prevista;

l) Responder por eventuais danos causados ao imóvel;

m) Manter identidade visual compatível com o ambiente institucional, sendo vedadas:

- instalações invasivas;
- publicidade de terceiros;

n) Controlar níveis de ruído, de modo a não interferir nas atividades administrativas;

o) Manter rotas de fuga e áreas de circulação permanentemente desobstruídas;

3.2.6 Logística operacional

p) Realizar o abastecimento e a retirada de resíduos:

- em horários de menor fluxo, ou
- conforme orientações da Administração;

q) Utilizar recipientes adequados e estanques, de modo a evitar odores nas áreas comuns;

3.2.7 Meios de pagamento

r) A concessionária deverá adotar as providências necessárias para assegurar, durante toda a vigência contratual, a aceitação dos meios de pagamento vinculados aos benefícios alimentares disponibilizados aos servidores municipais pela operadora contratada pela Administração Municipal, observadas as condições técnicas e operacionais aplicáveis;

r.1) Na hipótese de substituição da operadora contratada pela Administração Municipal para gestão dos benefícios alimentares dos servidores, a concessionária deverá promover, às suas expensas, as medidas necessárias para viabilizar o credenciamento junto à nova instituição, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da notificação da Contratante, ressalvadas situações de atraso ou impedimento decorrentes exclusivamente da própria operadora ou de circunstâncias alheias à atuação da concessionária, devidamente comprovadas.

3.2.8 Mobiliário e capacidade operacional

s) Implantar e manter mobiliário fixo adequado à operação, observando a capacidade de 112 assentos;

t) Adotar soluções que garantam:

- estabilidade do mobiliário;
- manutenção do layout aprovado;
- segurança dos usuários;

u) Utilizar mobiliário com materiais resistentes e de fácil higienização;

v) Assegurar conformidade com normas de ergonomia e acessibilidade aplicáveis.

3.3 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

3.3.1 A concessionária deverá adotar práticas de ecoeficiência compatíveis com a natureza da operação, implementando sistema de gestão de resíduos sólidos que contemple, obrigatoriamente, a segregação na fonte e o descarte ambientalmente adequado. Deverá, ainda, promover a redução do uso de materiais descartáveis, priorizando a utilização de embalagens biodegradáveis ou recicláveis, bem como assegurar o uso racional de recursos naturais, mediante a utilização de equipamentos com eficiência energética e a adoção de dispositivos que otimizem o consumo de água nas atividades operacionais.

3.3.2 A concessionária deverá garantir que o espaço e os serviços prestados atendam aos princípios de acessibilidade universal, em conformidade com a NBR 9050, assegurando condições adequadas de uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Para tanto, deverá manter rotas de circulação desobstruídas, disponibilizar balcões de atendimento com trechos rebaixados e adotar mobiliário acessível, de modo a garantir autonomia, segurança e conforto aos usuários em todas as etapas da experiência de consumo.

3.3.3 A concessionária deverá manter, durante toda a execução contratual, plena conformidade com a legislação trabalhista, previdenciária e sanitária aplicável, adotando práticas que mitiguem riscos jurídicos à Administração. Deverá, ainda, observar rigorosamente as normas internas de segurança do Paço Municipal, manter postura de cooperação com a fiscalização e adotar práticas de governança, ética e transparência compatíveis com a natureza da concessão de uso, assegurando padrão contínuo de qualidade na operação.

GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.4 Será exigido como condição para assinatura do contrato, a prestação de GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO em favor do PODER CONCEDENTE, na forma disposta no EDITAL, o valor equivalente ao percentual de 5% do valor do CONTRATO, a qual deverá ser mantida durante toda a vigência da CONCESSÃO, devendo ser renovada anualmente pela CONCESSIONÁRIA.

3.5 A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO assegurará o fiel cumprimento do CONTRATO pela CONCESSIONÁRIA e poderá ser executada para cobrir os seguintes eventos:

- a) ressarcimento de custos e despesas incorridas pelo PODER CONCEDENTE em face da omissão ou inadimplemento contratual pela CONCESSIONÁRIA;
- b) devolução dos BENS REVERSÍVEIS em desconformidade com as exigências aplicáveis;
- c) não pagamento das multas que forem aplicadas à CONCESSIONÁRIA, razão da recusa ou falha em realizar o pagamento dentro do prazo máximo concedido pelo PODER CONCEDENTE ou nos prazos explicitamente fixados em CONTRATO.
- d) prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA aos usuários pelos quais o PODER CONCEDENTE venha a ser responsabilizado solidariamente;
- e) A rescisão unilateral do contrato por parte da concessionária

3.6 Se o valor das multas contratuais eventualmente impostas à CONCESSIONÁRIA for superior ao valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, além da perda desta, a CONCESSIONÁRIA responderá pela diferença e pela reposição do valor integral da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

3.7 Sempre que utilizada a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá recompor o seu valor integral, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da utilização, sob pena de aplicação das penalidades previstas no CONTRATO.

3.8 A recomposição de que trata o item 3.7 poderá ser efetuada pela CONCESSIONÁRIA mediante a complementação da garantia existente ou a contratação de nova(s) garantia(s), de maneira que o valor total da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO seja sempre equivalente ao montante total definido no CONTRATO.

3.9 A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO referida neste item poderá assumir qualquer das modalidades previstas no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.9.1 O contratado terá o prazo de 01 (um) mês para prestação da garantia, contados a partir da homologação.

3.10 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas, a apólice deverá ser emitida por seguradora devidamente registrada junto a SUSEP.

3.11 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

3.12 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto

3.13 Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

3.14 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

3.15 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica, com correção monetária.

3.16 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

3.17 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

3.18 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

3.19 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

3.20 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

3.21 O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

3.22 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a

negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

3.23 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

3.24 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

3.25 O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste termo.

3.26 A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será reajustada anualmente, conforme variação do IPCA, ou, na hipótese de sua extinção, pelo índice que vier a substituí-lo.

VISTORIA

3.27 Fica facultada às licitantes a realização de visita técnica ao local onde será implantado o café-bistrô, com a finalidade de conhecimento das condições do espaço, infraestrutura existente e demais aspectos que possam influenciar na elaboração da proposta.

3.28 O agendamento das visitas poderá ser feito a partir do 1º (primeiro) dia útil após a publicação do edital de licitação até o terceiro dia útil imediatamente anterior à data de realização do certame. Os interessados deverão entrar em contato com a Administração do Paço Municipal para marcar data e hora da visita, por meio do e-mail mateus.aguiar@rioverde.go.gov.br ou telefone (64) 99228-8758.

3.29 A visita deverá ser realizada por representante da licitante devidamente identificado, munido de documento que comprove sua condição de representante legal ou vínculo com a empresa.

3.30 Ao final da visita, a Prefeitura emitirá um Atestado de Visita Técnica nominal para cada participante (empresa ou pessoa física). A apresentação desse atestado será obrigatória na fase de habilitação da licitação, como parte dos documentos exigidos para validação da proposta.

3.31 Alternativamente, o interessado poderá apresentar Declaração de Dispensa de Visita Técnica, firmada por seu representante legal, assumindo ciência plena das condições do local e renunciando expressamente ao direito de apresentar questionamentos futuros sobre aspectos físicos ou operacionais da área concedida. A apresentação dessa declaração será aceita em substituição ao atestado, para fins de habilitação.

3.32 A não apresentação do Atestado de visita técnica ou da Declaração de dispensa acarretará a inabilitação do licitante, salvo justificativa formalmente aceita pela Comissão de Licitação, conforme previsto no edital.

4 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 A concessionária deverá executar o objeto de forma a garantir elevado padrão de atendimento aos usuários, assegurando eficiência operacional, qualidade dos produtos ofertados e conformidade com os requisitos técnicos e sanitários aplicáveis, sujeitando-se ao monitoramento por indicadores de desempenho definidos neste Termo de Referência.

4.2 A concessionária deverá assegurar a manutenção de condições sanitárias adequadas, observando integralmente as normas aplicáveis, de modo a não incorrer em ocorrências graves em inspeções sanitárias realizadas pelos órgãos competentes.

4.3 Será considerada não conformidade grave qualquer irregularidade que comprometa a segurança alimentar ou a saúde dos usuários.

4.4 A concessionária deverá manter rotinas contínuas de limpeza e conservação do espaço, incluindo equipamentos, utensílios, mobiliário e áreas de circulação.

4.5 A conformidade de limpeza e manutenção será aferida por meio de checklists periódicos aplicados pela fiscalização contratual, devendo a concessionária atender integralmente aos itens verificados.

4.6 A concessionária deverá assegurar a fluidez do atendimento, especialmente nos períodos de maior demanda, de modo a evitar formação de filas excessivas e gargalos operacionais.

4.7 O desempenho operacional será aferido com base no tempo médio de atendimento em horários de pico, devendo a concessionária observar, obrigatoriamente, os prazos máximos estabelecidos nos requisitos da contratação, quais sejam: até 3 (três) minutos para fornecimento de cafés e bebidas prontas e até 10 (dez) minutos para fornecimento de pratos executivos, adotando todas as medidas necessárias para garantir a adequada capacidade de atendimento frente à demanda estimada.

4.8 A concessionária deverá colaborar com a aplicação de pesquisas de satisfação dos usuários, a serem realizadas pela Administração com periodicidade mínima trimestral.

4.9 A concessionária deverá adotar medidas corretivas sempre que identificados níveis insatisfatórios de avaliação quanto à qualidade dos produtos ou do atendimento.

4.10 A concessionária deverá registrar e acompanhar as ocorrências operacionais, incluindo falhas técnicas, reclamações de usuários e intercorrências na prestação do serviço.

4.11 Deverá, ainda, adotar providências para solução das ocorrências em prazo compatível com a sua complexidade, garantindo a continuidade e regularidade da operação.

4.12 O volume de ocorrências e os prazos de resolução serão monitorados pela fiscalização contratual como indicadores de desempenho.

4.13 A concessionária deverá adotar práticas voltadas à redução do uso de materiais descartáveis.

4.14 Deverá implementar a segregação adequada dos resíduos sólidos gerados na operação, assegurando destinação ambientalmente adequada.

4.15 O cumprimento das práticas de sustentabilidade será aferido pela fiscalização contratual, considerando a efetiva redução de descartáveis e a correta gestão de resíduos.

4.16 A concessionária deverá concluir a implantação da estrutura necessária e iniciar as operações do café-bistrô no prazo máximo de 4 (quatro) meses, contados da emissão da Autorização de Início da Implantação pelo Poder Concedente, em conformidade com o cronograma físico-financeiro constante do Estudo de Viabilidade Técnica.

4.17 Eventual necessidade de prorrogação do prazo deverá ser formalmente solicitada pela concessionária, devidamente justificada, antes do seu término, ficando a sua concessão condicionada à análise e aprovação da Administração.

METAS DE DESEMPENHO E ENCARGOS

4.18 Com o objetivo de assegurar a adequada execução do objeto e a manutenção dos padrões de qualidade estabelecidos, as não conformidades verificadas na execução contratual ensejarão a aplicação de Encargos de Desempenho Operacional, de natureza não sancionatória, vinculados ao descumprimento dos indicadores e parâmetros previstos no Modelo de Execução do Objeto.

4.19 Os Encargos de Desempenho serão aplicados com base nos registros de fiscalização, especialmente aqueles decorrentes de checklists e relatórios operacionais, sendo classificados conforme a gravidade da não conformidade identificada.

4.20 Os valores dos encargos serão previamente definidos e associados às classificações de ocorrência (leve, média e grave), podendo ser aplicados de forma individual ou cumulativa, conforme a quantidade e recorrência das não conformidades verificadas no período de apuração.

4.21 O montante total dos Encargos de Desempenho apurados no período será cobrado conjuntamente com a outorga mensal devida, ou, a critério da Administração, compensado nos valores a serem pagos pela concessionária.

4.22 A aplicação dos Encargos de Desempenho não afasta a obrigação da concessionária de promover a imediata correção das falhas identificadas, nem substitui a aplicação de penalidades administrativas nos casos de infrações graves, reincidência ou descumprimento reiterado das obrigações contratuais.

4.23 Conformidade sanitária

Indicador: Ocorrências em inspeções sanitárias

Meta: 0 (zero) ocorrências

Faixas de desempenho e encargo:

Conforme: 0 ocorrências → sem encargo;

Parcialmente conforme: 1 ocorrência leve → advertência

Não conforme: 2 ou mais ocorrências médias acréscimo de 2% no valor outorga mensal;

Não conforme: 1 ou mais ocorrências graves → acréscimo de 5% no valor da outorga mensal por ocorrência, podendo ensejar suspensão das atividades;

4.24 Limpeza e manutenção

Indicador: Percentual de conformidade em checklist

4.25 Meta: 100% dos itens atendidos

Faixas de desempenho e encargo:

Conforme: $\geq 95\%$ → sem encargo;

Parcialmente conforme: 80% a 94% → acréscimo de 1% da outorga mensal;

Não conforme: $< 80\%$ → acréscimo de 3% da outorga mensal;

4.26 Tempo de atendimento (SLA)

Indicador: Tempo médio de atendimento em horário de pico

Meta:

- até 3 minutos (cafés e bebidas);
- até 10 minutos (pratos executivos)

Faixas de desempenho e encargos:

- Conforme: cumprimento integral → sem encargo de desempenho;
- Parcialmente conforme: descumprimento de até 10% dos atendimentos → acréscimo de 1% no valor da outorga mensal;
- Não conforme: descumprimento superior a 10% → acréscimo de 3% no valor da outorga mensal;

4.27 Satisfação dos usuários

Indicador: Pesquisa de satisfação trimestral

Meta: $\geq 80\%$ de avaliação positiva

Faixas de desempenho e encargos:

Conforme: $\geq 80\%$ → sem encargo;

Parcialmente conforme: 60% a 79% → acréscimo de 1% no valor da outorga mensal e apresentação de plano de melhoria;

Não conforme: $< 60\%$ → acréscimo de 3% no valor da outorga mensal;

4.28 Sustentabilidade

Indicador: Adoção de práticas ambientais

Meta: cumprimento integral das diretrizes

Faixas de desempenho e encargos:

Conforme: atendimento integral → sem encargo;

Parcialmente conforme: atendimento parcial → acréscimo de 1% no valor da outorga mensal;

Não conforme: não atendimento → acréscimo de 2% no valor da outorga mensal;

5 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

5.2 A gestão do contrato será pautada pela utilização de checklists técnicos e Indicadores-chave de Desempenho (KPIs), facilitando o registro objetivo de evidências. A fiscalização deverá monitorar periodicamente:

5.2.1 Conformidade Documental: Validade de alvarás sanitários, licenças de funcionamento e comprovantes de quitação de encargos trabalhistas;

5.2.2 Padrões Operacionais: Verificação das rotinas de limpeza, manutenção preventiva do sistema de climatização e cumprimento dos horários de atendimento;

5.2.3 Qualidade do Serviço: Observância do mix de produtos e do tempo médio de atendimento, garantindo que a operação suporte o fluxo institucional sem gargalos.

5.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

5.4 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

5.5 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato

5.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

5.7 A fiscalização da execução contratual será realizada pela Administração, por meio de instrumentos formais de controle, incluindo checklists operacionais, relatórios periódicos de acompanhamento e demais mecanismos de verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

5.8 Os referidos instrumentos poderão ser revisados, atualizados ou aprimorados ao longo da execução contratual, com vistas ao aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização e à adequação às

necessidades operacionais, não implicando alteração do objeto contratado, desde que mantidos os parâmetros e obrigações estabelecidos neste Termo de Referência.

5.9 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

5.10 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei Nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

5.11 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

5.12 O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

5.13 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

5.14 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

5.15 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

5.16 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Nº 14133/2021.

5.17 Matriz de risco

5.17.1 A gestão de riscos é um requisito essencial da Lei nº 14.133/2021 para garantir o equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade do serviço público. A matriz a seguir detalha os principais eventos que podem impactar a concessão, definindo as estratégias de resposta e a alocação de responsabilidades.

Risco	Responsabilidade	Probabilidade	Impacto	Mitigação / Tratamento Sugerido
Não conformidade sanitária ou ausência de licenças	Concessionária	Média	Alto	Manutenção das exigências sanitárias, regularidade documental e fiscalização periódica
Danos ao patrimônio público durante implantação, ou operação, ou obras sem autorização	Concessionária	Média	Alto	Aprovação prévia de intervenções e obrigação de recomposição de eventuais danos

Atendimento inadequado em horários de pico	Concessionária	Média	Médio	Exigência de Plano Operacional detalhado, metas de tempo de atendimento (SLA) e dimensionamento obrigatório de equipe para o fluxo projetado.
Descontinuidade da operação por abandono ou insolvência	Concessionária	Baixa/Média	Alto	Reforço das garantias contratuais e mecanismos de continuidade da execução
Gestão inadequada de resíduos e limpeza	Concessionária	Média	Médio	Rotinas de limpeza, descarte e conservação da área utilizada
Conflitos com agendas e eventos institucionais	Compartilhado	Média	Médio	Comunicação prévia e compatibilização operacional do uso do espaço
Adequações internas e operacionalização da estrutura utilizada	Concessionária	Média	Alto	Responsabilização pelas instalações, mobiliário, equipamentos e adequações necessárias à operação
Interrupções relevantes da operação por falhas operacionais	Concessionária	Média	Alto	Plano de contingência e correção tempestiva das ocorrências identificadas
Eventos extraordinários supervenientes que impactem diretamente a execução	Compartilhado	Baixa	Alto	Avaliação administrativa específica conforme impacto efetivo na execução contratual
Alegações futuras de inviabilidade operacional relacionadas aos custos ordinários da atividade	Concessionária	Média	Alto	Delimitação expressa de que os riscos ordinários integram a álea normal do empreendimento
Alterações estruturais promovidas pela Administração que impactem diretamente a operação	Administração	Baixa	Alto	Comunicação prévia e análise administrativa dos impactos na execução
Necessidade de manutenção preventiva e corretiva da estrutura operacional	Concessionária	Alta	Médio	Plano contínuo de manutenção e conservação da área concedida
Continuidade da operação diante do elevado investimento inicial	Compartilhado	Média	Alto	Reforço da previsibilidade contratual e estabilidade da execução durante a vigência da concessão
Hipóteses excepcionais de eventual	Compartilhado	Baixa	Alto	Delimitação objetiva das hipóteses excepcionais e análise administrativa específica

reequilíbrio econômico- financeiro				
--	--	--	--	--

6 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1 A medição para fins de pagamento da outorga onerosa será realizada mensalmente, considerando o valor fixo da outorga estabelecido no contrato, conforme proposta vencedora do certame, acrescido dos Encargos de Desempenho Operacional eventualmente apurados no período, nos termos do Modelo de Execução do Objeto.

6.2 Para fins deste Termo de Referência, o valor da outorga mensal corresponde ao montante fixo ofertado pela concessionária, não estando vinculado ao faturamento ou à receita auferida com a exploração do espaço.

6.3 O pagamento da outorga onerosa deverá ser efetuado mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido, em favor do Município, na forma e conta a serem indicadas pela Administração.

6.4 Em razão da natureza da concessão de serviço público com uso de bem público e remuneração por meio de exploração econômica, não se aplica o regime de recebimento provisório e definitivo, previsto para contratos administrativos de obras e serviços, sendo a obrigação principal da concessionária caracterizada pela operação contínua do serviço e pelo recolhimento mensal da outorga.

6.5 Em caso de atraso no pagamento pela outorga será aplicado correção sobre o valor devido, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, além de juros de 1% (um por cento) ao mês.

Remuneração da Concessionária

6.6 A remuneração da CONCESSIONÁRIA decorrerá exclusivamente da exploração comercial do café-bistrô implantado no espaço concedido, incluindo a comercialização de alimentos, bebidas e demais produtos correlatos.

6.7 Nenhum valor será devido pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, a qualquer título, em razão da implantação, manutenção ou exploração do objeto da concessão, sendo a atividade exercida por conta e risco da concessionária.

7 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1 A seleção da proposta mais vantajosa será realizada por meio do critério de julgamento de técnica e preço, nos termos da legislação aplicável, considerando a melhor combinação entre a qualidade da proposta técnica e a maior oferta de outorga mensal pela utilização do espaço público.

7.2 Para fins deste Termo de Referência, o critério de preço corresponderá ao valor da outorga mensal ofertada pela licitante, sendo considerada mais vantajosa a proposta que apresentar o maior valor, observado o mínimo estabelecido pela Administração.

7.3 A avaliação técnica considerará os elementos apresentados pela licitante, especialmente aqueles relacionados ao modelo de operação, qualidade do serviço, adequação do mix de produtos, proposta de layout e mobiliário, bem como demais aspectos que impactem diretamente na experiência dos usuários e na eficiência da execução do objeto.

7.4 A pontuação final das propostas será obtida a partir da ponderação entre as notas técnica e de preço, conforme metodologia a ser definida no instrumento convocatório, assegurando-se critérios objetivos, previamente estabelecidos e isonômicos.

7.5 A avaliação das propostas será composta por:

I – Nota Técnica (NT), com pontuação máxima de 60,00 (sessenta) pontos;

II – Nota Econômica (NE), com pontuação máxima de 30,00 (trinta) pontos.

7.6 A maior pontuação ponderada final que irá definir a classificação final, conforme a formula definida em edital.

7.7 Será declarada vencedora a licitante que obtiver a maior Nota Final (NF), observadas as condições do instrumento convocatório.

7.8 NOTA ECONÔMICA (NE)

7.8.1 A proposta que apresentar o maior valor de outorga mensal válido receberá a pontuação máxima de 30,00 (trinta) pontos. As demais propostas terão sua Nota Econômica calculada de forma proporcional, mediante aplicação de regra de três simples, conforme a fórmula estabelecida no item 7.8.2, assegurando-se que a pontuação seja diretamente proporcional ao valor de outorga ofertado.

7.8.2 Considerando que a proposta de maior valor (MV) recebe 30 pontos, a pontuação das demais propostas será calculada por regra de três simples, conforme abaixo:

$$NE = (VO / MV) \times 30$$

Onde:

NE = Nota Econômica da licitante;

VO = Valor de Outorga Mensal ofertado pela licitante avaliada;

MV = Maior Valor de Outorga Mensal válido entre as propostas classificadas.

7.8.3 Exemplo prático

Suponha:

Maior outorga (MV) = R\$ 10.000

Proposta avaliada (VO) = R\$ 8.000

$NE = (8.000/10.000) \times 30 = 24$ pontos

7.8.4 A Nota Econômica (NE) será calculada com até duas casas decimais, aplicando-se o critério de arredondamento matemático convencional (regra do arredondamento simétrico), pelo qual a terceira casa decimal igual ou superior a 5 (cinco) implica arredondamento para cima, e inferior a 5 (cinco), para baixo.

7.8.5 Não serão admitidas propostas econômicas:

- Inferiores ao valor mínimo de outorga mensal fixado no Edital, se houver;
- Manifestamente inexequíveis;
- Incompatíveis com as regras deste certame.

7.9 NOTA TÉCNICA (NT)

7.9.1 Da Matriz Geral de Pontuação Técnica

Quadro 1 – Matriz Resumida de Julgamento		
Item	Critério	Pontuação Máxima
1	Experiência Específica Operação Similar	16,00
2	Plano de Higiene, Segurança Alimentar e Conformidade Sanitária	14,00
3	Planejamento e Exequibilidade da Implantação Operacional	4,00
4	Plano Operacional, Atendimento e Matriz de Oferta (Cardápio-	9,00

Quadro 1 – Matriz Resumida de Julgamento		
Item	Critério	Pontuação Máxima
	Base Referencial)	
5	Projeto de Implantação, Layout, Equipamentos e Compatibilização Técnica	7,00
6	Plano de Manutenção, Conservação, Limpeza e Gestão de Resíduos	5,00
7	Plano de Mobilização Operacional e Estruturação da Equipe Inicial	5,00
	Total da Nota Técnica (NT)	60,00

Quadro 2 – Planilha Detalhada da Nota Técnica				
Item	Subitem	Descrição do Subcritério	Pontuação Máxima	Subitem Essencial
1	1.1	Experiência operacional efetivamente comprovada em atividade compatível com o objeto	8,00	SIM
1	1.2	Consistência, aderência e compatibilidade experiência operacional comprovada	8,00	SIM
Subtotal do Item 1			16,00	
2	2.1	Manual de Boas Práticas / Programa de autocontrole sanitário aplicável à operação	5,00	SIM
2	2.2	Procedimentos de higiene, manipulação, armazenamento, controle de temperatura e prevenção de contaminação	5,00	SIM
2	2.3	Rotinas de conformidade sanitária, rastreabilidade mínima, resposta a não conformidades e aderência regulatória	4,00	SIM
Subtotal do Item 2			14,00	
3	3.1	Exequibilidade, coerência e consistência do cronograma físico-operacional apresentado	4,00	SIM
Subtotal do Item 3			4,00	
4	4.1	Dimensionamento operacional estimado de pessoal por função e por turno	2,00	SIM
4	4.2	Metodologia de atendimento, fluxo operacional e gestão de filas	2,00	SIM
4	4.3	Matriz de oferta / cardápio-base referencial por faixa horária	3,00	SIM
4	4.4	Compatibilidade do mix ofertado com o modelo operacional e com o público-alvo do empreendimento	2,00	SIM
Subtotal do Item 4			9,00	
5	5.1	Layout funcional, setorização operacional e compatibilidade com o fluxo do empreendimento	2,00	SIM
5	5.2	Memorial descritivo dos equipamentos, mobiliário e infraestrutura operacional prevista	2,00	SIM
5	5.3	Compatibilização técnica com instalações, utilidades, segurança,	3,00	SIM

		acessibilidade e restrições do espaço público		
Subtotal do Item 5			7,00	
6	6.1	Plano de manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos	2,00	SIM
6	6.2	Plano de limpeza estrutural, higienização ambiental e rotinas operacionais de asseio	1,50	SIM
6	6.3	Plano de gestão de resíduos, óleo, recicláveis e logística reversa	1,50	SIM
Subtotal do Item 6			5,00	
7	7.1	Plano de mobilização de pessoal para pré-operação e início das atividades	2,50	SIM
7	7.2	Programa de treinamento inicial, abertura assistida e estabilização da operação	2,50	SIM
Subtotal do Item 7			5,00	
Total da Nota Técnica (NT)			60,00	
8	Nota Econômica – Valor da Outorga Mensal		30,00	
Nota Final (NF)			90,00	

7.9.2 Das Regras Gerais de Aplicação da Matriz

7.9.2.1 A Nota Técnica (NT) será apurada mediante a soma das pontuações obtidas em todos os subitens previstos no Quadro 2, observados os respectivos limites máximos.

7.9.2.2 Todos os itens e subitens integrantes da matriz técnica são considerados relevantes à adequada compreensão, comparabilidade e aferição da exequibilidade da solução proposta, razão pela qual deverão ser apresentados com conteúdo mínimo compatível com o objeto, em nível suficiente para viabilizar o julgamento objetivo e motivado pela Comissão.

7.9.2.3 A atribuição de pontuação 0,00 (zero) em qualquer item ou subitem da Proposta Técnica não implicará, por si só, desclassificação automática, devendo a Comissão avaliar, de forma motivada, se a ausência, incompatibilidade material, insuficiência absoluta ou inadequação relevante do conteúdo apresentado compromete:

- I – a compreensão mínima da solução proposta;
- II – a comparabilidade objetiva entre as propostas;
- III – a aferição de exequibilidade da solução; ou
- IV – a viabilidade material de execução do objeto.

7.9.2.4 Verificado que a falha compromete, de forma substancial, qualquer dos aspectos acima, poderá a proposta ser tecnicamente desclassificada, desde que tal consequência esteja expressamente prevista no Edital e seja aplicada de forma motivada, proporcional, isonômica e vinculada ao instrumento convocatório.

7.9.2.5 A Comissão deverá atribuir pontuação de forma motivada, com base nos documentos efetivamente apresentados, vedada a atribuição genérica, arbitrária ou desacompanhada de fundamentação mínima.

7.9.2.6 A motivação da nota deverá constar em ata, planilha de julgamento ou relatório técnico, com indicação objetiva:

- Dos documentos analisados;
- Dos elementos considerados;
- Da faixa de enquadramento adotada; e
- Da razão concreta da pontuação atribuída. Projeto Vida

7.9.2.7 A mera satisfação do requisito mínimo de habilitação não assegura, por si só, a pontuação máxima nos subitens técnicos correlatos.

7.10 Das Diretrizes Objetivas de Avaliação de Cada Subitem

7.10.1 Item 1 – Experiência específica em operação similar (16,00 Pontos)

O Item 1 destina-se à aferição da experiência operacional comprovada em operação similar, em nível superior ao mínimo exigido para fins de habilitação, considerando a natureza do objeto, o volume de investimento privado requerido, a necessidade de implantação operacional compatível com as exigências do empreendimento, a operação contínua em ambiente institucional de alta circulação e o interesse da Administração em selecionar parceiro privado com expertise comprovada, estabilidade operacional e menor risco de descontinuidade da prestação.

A pontuação deste item não se confunde com a habilitação técnica mínima e não poderá ser atribuída com base exclusiva na mera antiguidade formal da pessoa jurídica.

Somente será considerada, para fins de pontuação, a atuação efetiva comprovada em atividade operacional compatível com o objeto, mediante documentação idônea.

Subitem 1.1 – Atuação efetiva comprovada em atividade compatível com o objeto (8,00 pontos)

Objeto da avaliação

Avalia a experiência operacional comprovada da licitante em atividade compatível com a exploração de unidade de alimentação e bebidas, considerada a aderência material com o objeto licitado.

Não será suficiente, isoladamente, a mera data de constituição da pessoa jurídica, a simples inscrição no CNPJ ou a existência de CNAE compatível desacompanhada de elementos mínimos que demonstrem o efetivo exercício da atividade.

Serão consideradas compatíveis, sem exigência de identidade absoluta de objeto, experiências relacionadas à operação de:

- cafeterias;
- lanchonetes;
- bistrôs;
- restaurantes;
- unidades de alimentação em ambientes corporativos, institucionais, empresariais, hospitalares, universitários, condominiais, centros administrativos, terminais, shoppings e similares.

Documentação apta à comprovação

A comprovação poderá ser realizada, isolada ou cumulativamente, mediante apresentação de documentos idôneos, tais como:

- atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- contrato(s) de prestação de serviços, ou instrumento(s) equivalente(s), acompanhados, quando necessário, de elementos mínimos de execução;
- notas fiscais, documentos fiscais eletrônicos, faturas, ordens de serviço ou documentos equivalentes;
- outros documentos objetivamente idôneos que demonstrem a atuação efetiva no ramo.

Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente, insuficiente ou incompatível com o objeto;
- **3,00** – Comprovação de atuação efetiva compatível até 5 (cinco) anos;
- **6,00** – Comprovação de atuação efetiva compatível superior a 5 (cinco) anos e até 10 (dez) anos;
- **8,00** – Comprovação de atuação efetiva compatível superior a 10 (dez) anos.

Subitem 1.2 – Consistência, aderência e compatibilidade da experiência operacional comprovada (8,00 pontos)

Objeto da avaliação

Avalia a qualidade, consistência, operacional comprovada, em nível superior ao mínimo habilitatório, considerando:

- a compatibilidade material da experiência com o objeto licitado;
- a demonstração de atuação estável e efetiva no segmento;
- a continuidade ou reiteração da operação;
- a coerência entre a experiência demonstrada e a complexidade do empreendimento;
- demonstração de capacidade operacional compatível para implantação, operação e manutenção de unidade de alimentação em ambiente de fluxo relevante.

Critérios objetivos de análise

A Comissão avaliará, de forma motivada, entre outros elementos objetivamente verificáveis:

- pluralidade ou continuidade relevante de experiências compatíveis;
- aderência da experiência ao perfil operacional do objeto;
- consistência documental da atuação operacional comprova;
- demonstração de operação em ambientes com fluxo de público, exigência sanitária, controle de atendimento e rotina estruturada;
- compatibilidade entre a experiência demonstrada e o padrão de serviço pretendido pela Administração.

Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente, insuficiente, genérica ou incompatível com o objeto;
- **2,00** – Comprovação mínima de experiência compatível, suficiente apenas para demonstrar aderência básica ao segmento;
- **4,00** – Comprovação razoavelmente consistente, com aderência parcial ou intermediária ao perfil do objeto;
- **6,00** – Comprovação consistente, estável e objetivamente compatível com o objeto, revelando boa aderência operacional ao empreendimento;
- **8,00** – Comprovação robusta, reiterada e altamente aderente ao objeto, com histórico consistente de operação compatível com o perfil técnico, sanitário e operacional exigido para a futura concessão.

7.10.2. Item 2 – Plano de Higiene, Segurança Alimentar e Conformidade Sanitária (14,00 Pontos)

Subitem 2.1 – Manual de Boas Práticas / Programa de autocontrole sanitário aplicável à operação (5,00 pontos)

Avalia a apresentação de manual, programa ou conjunto estruturado de diretrizes operacionais de boas práticas aplicáveis à futura unidade, contemplando, no mínimo, premissas de higiene, controle de processos, responsabilidades operacionais e aderência ao padrão sanitário exigível.

Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **1,50** – Apresenta conteúdo genérico, sem estrutura mínima aplicável à operação;
- **3,50** – Apresenta conteúdo parcialmente estruturado, com aderência intermediária ao objeto;
- **5,00** – Apresenta conteúdo completo, coerente, aplicável e tecnicamente consistente, compatível com a operação pretendida.

Subitem 2.2 – Procedimentos de higiene, manipulação, armazenamento, controle de temperatura e prevenção de contaminação (5,00 pontos)

Avalia a apresentação de procedimentos operacionais compatíveis com a futura unidade, contemplando manipulação segura, higiene de superfícies e utensílios, armazenamento, conservação, controle de temperatura, prevenção de contaminação cruzada e rotinas correlatas.

Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **1,50** – Apresenta conteúdo genérico ou incompleto, sem detalhamento mínimo das rotinas críticas;
- **3,50** – Apresenta conteúdo parcialmente estruturado, com tratamento razoável das rotinas essenciais;
- **5,00** – Apresenta conteúdo completo, coerente, aplicável e tecnicamente consistente, com adequada cobertura das rotinas críticas da operação.

Subitem 2.3 – Rotinas de conformidade sanitária, rastreabilidade mínima, resposta a não conformidades e aderência regulatória (4,00 pontos)

Avalia a apresentação de rotinas mínimas de controle documental e operacional voltadas à conformidade sanitária, incluindo, quando aplicável, registros, rastreabilidade, ações corretivas, resposta a não conformidades e aderência regulatória.

Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;

- **1,00** – Apresenta conteúdo genérico, sem detalhamento mínimo de controles;
- **2,50** – Apresenta conteúdo parcialmente estruturado, com aderência intermediária;
- **4,00** – Apresenta conteúdo completo, coerente, aplicável e compatível com o padrão regulatório exigível.

7.10.3. Item 3 – Exequibilidade da Implantação (4,00 Pontos)

Subitem 3.1 – Exequibilidade, coerência e consistência do cronograma físico-operacional apresentado (4,00 pontos)

Avalia a coerência entre o prazo ofertado e o cronograma físico-operacional apresentado, considerando a lógica de encadeamento das etapas, a suficiência temporal, a compatibilidade entre frentes de execução, a plausibilidade das atividades previstas e a aderência ao porte do empreendimento.

Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente, incompatível, Contraditório ou manifestamente inexecutável;
- **1,00** – Apresenta cronograma genérico, com coerência insuficiente ou baixa previsibilidade de execução;
- **2,50** – Apresenta cronograma parcialmente estruturado, com coerência intermediária e exequibilidade razoável;
- **4,00** – Apresenta cronograma completo, coerente, consistente e objetivamente executável em relação ao prazo ofertado.

7.10.4 Item 4 – Plano Operacional, Atendimento e Matriz de Oferta (Cardápio – Base Referencial) (9,00 Pontos)

Subitem 4.1 – Dimensionamento operacional estimado de pessoal por função e por turno (2,00 pontos)

Avalia a estimativa inicial de dimensionamento de pessoal por função e por turno, em nível compatível com a fase de implantação e início da operação, sem exigência de indicação nominativa de profissionais.

Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **0,50** – Apresenta estimativa genérica, sem coerência mínima com a operação;
- **1,00** – Apresenta estimativa básica, com aderência parcial;
- **2,00** – Apresenta estimativa coerente, suficiente e compatível com o porte e o fluxo esperado da unidade.

Subitem 4.2 – Metodologia de atendimento, fluxo operacional e gestão de filas (2,00 pontos)

Avalia a metodologia proposta para organização do atendimento, fluxo de clientes, ordenação da operação e mitigação de filas, considerando a dinâmica do ambiente institucional.

Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **0,50** – Apresenta metodologia genérica ou insuficiente;
- **1,00** – Apresenta metodologia básica, com aderência parcial;
- **2,00** – Apresenta metodologia coerente, aplicável e compatível com o fluxo do empreendimento.

Subitem 4.3 – Matriz de oferta / cardápio-base referencial por faixa horária (3,00 pontos)

Avalia a apresentação de cardápio-base referencial ou matriz de oferta por faixa horária, contemplando coerência com o público-alvo, variedade mínima, compatibilidade com a proposta operacional e viabilidade de execução.

Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **1,00** – Apresenta cardápio-base genérico, insuficiente ou pouco aderente ao perfil do empreendimento;
- **2,00** – Apresenta cardápio-base parcialmente estruturado, com aderência intermediária;
- **3,00** – Apresenta cardápio-base coerente, diversificado, compatível com o público-alvo e objetivamente executável.

Subitem 4.4 – Compatibilidade do mix ofertado com o modelo operacional e com o público-alvo do empreendimento (2,00 pontos)

Avalia a compatibilidade entre o mix de produtos/serviços ofertados, a capacidade operacional proposta e o perfil do público-alvo, evitando incompatibilidades entre promessa comercial e capacidade de entrega.

Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **0,50** – Compatibilidade frágil ou insuficiente;

- **1,00** – Compatibilidade intermediária;
- **2,00** – Compatibilidade elevada, coerente e aderente ao empreendimento.

7.10.5 Item 5 – Projeto de Implantação, Layout, Equipamentos e Compatibilização Técnica (7,00 Pontos)

Subitem 5.1 – Layout funcional, setorização operacional e compatibilidade com o fluxo do empreendimento (2,00 pontos)

Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **0,50** – Apresenta layout genérico ou insuficiente;
- **1,00** – Apresenta layout básico, com aderência parcial;
- **2,00** – Apresenta layout funcional, coerente e compatível com o fluxo do empreendimento.

Subitem 5.2 – Memorial descritivo dos equipamentos, mobiliário e infraestrutura operacional prevista (2,00 pontos)

Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **0,50** – Apresenta memorial genérico ou incompleto;
- **1,00** – Apresenta memorial básico, com aderência parcial;
- **2,00** – Apresenta memorial coerente, suficiente e compatível com a operação pretendida.

Subitem 5.3 – Compatibilização técnica com instalações, utilidades, segurança, acessibilidade e restrições do espaço público (3,00 pontos)

Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **1,00** – Apresenta tratamento genérico ou insuficiente;
- **2,00** – Apresenta compatibilização parcial, com aderência intermediária;
- **3,00** – Apresenta compatibilização técnica coerente, suficiente e aderente às condições do espaço público.

7.10.6. Item 6 – Plano de Manutenção, Conservação, Limpeza e Gestão de Resíduos (5,00 Pontos)

Subitem 6.1 – Plano de manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos (2,00 pontos)

Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **0,50** – Apresenta plano genérico, sem detalhamento mínimo das rotinas;
- **1,00** – Apresenta plano básico, com indicação parcial de rotinas de manutenção;
- **2,00** – Apresenta plano coerente, estruturado e compatível com a operação.

Subitem 6.2 – Plano de limpeza estrutural, higienização ambiental e rotinas operacionais de asseio (1,50 ponto)

Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **0,50** – Apresenta plano genérico, sem definição mínima de frequência, áreas ou rotinas;
- **1,00** – Apresenta plano parcialmente estruturado, com indicação básica das rotinas relevantes;
- **1,50** – Apresenta plano completo, coerente e compatível com a operação.

Subitem 6.3 – Plano de gestão de resíduos, óleo, recicláveis e logística reversa (1,50 ponto)

Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **0,50** – Apresenta plano genérico, sem definição mínima de segregação ou destinação;
- **1,00** – Apresenta plano parcialmente estruturado, com indicação básica de manejo;
- **1,50** – Apresenta plano coerente, suficiente e compatível com a natureza da operação.

7.10.7. Item 7 – Plano de Mobilização Operacional e Estruturação da Equipe Inicial (5,00 Pontos)

Subitem 7.1 – Plano de mobilização de pessoal para pré-operação e início das atividades (2,50 pontos)

Avalia a apresentação de plano de mobilização da equipe inicial, com indicação estimada de perfis, funções, fases de recrutamento/ativação e coerência com o cronograma de implantação, sem exigência de indicação nominativa.

Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **0,50** – Apresenta plano genérico ou insuficiente;
- **1,50** – Apresenta plano parcialmente estruturado, com aderência intermediária;
- **2,50** – Apresenta plano coerente, suficiente e compatível com a implantação e o início da operação

Subitem 7.2 – Programa de treinamento inicial, abertura assistida e estabilização da operação (2,50 pontos)

Avalia a apresentação de programa de treinamento inicial, procedimentos de abertura assistida e medidas de estabilização da operação nos primeiros dias de funcionamento.

Escala de pontuação

- **0,00** – Ausente ou incompatível com o objeto;
- **0,50** – Apresenta conteúdo genérico ou insuficiente;
- **1,50** – Apresenta conteúdo parcialmente estruturado, com aderência intermediária;
- **2,50** – Apresenta programa coerente, aplicável e compatível com a fase inicial de operação.

8 REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECÔNOMICO FINANCEIRO

8.1 Para efeitos de atualização monetária, o valor do CONTRATO e os valores nele constante, serão reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE ou, em caso de sua extinção, por índice que o substitua, sendo o primeiro reajuste calculado após o transcurso de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato.

8.2 O equilíbrio econômico-financeiro da concessão é garantido durante toda a vigência contratual, nos termos do art. 103 da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se à CONCESSIONÁRIA a manutenção das condições de viabilidade econômica da operação vigentes na data de apresentação da proposta, de modo que a relação entre encargos e benefícios originalmente pactuada reste preservada ao longo da execução do CONTRATO.

8.3 Não constituem fundamento para revisão do equilíbrio econômico-financeiro, sendo riscos ordinários da atividade empresarial alocados integralmente à CONCESSIONÁRIA: a variação de custos operacionais coberta pelo reajuste anual pelo IPCA previsto no CONTRATO; a flutuação de demanda dos usuários decorrente de fatores de mercado; os custos decorrentes de erros de planejamento ou execução imputáveis à própria CONCESSIONÁRIA; e o inadimplemento contratual da CONCESSIONÁRIA.

8.4 A solicitação de revisão deverá ser formalizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data em que a CONCESSIONÁRIA tomou ou deveria ter tomado ciência do evento alegado, instruída com memória de cálculo comparativa em relação às premissas do Estudo de Viabilidade Econômica Financeira, original e documentação comprobatória idônea, sob pena de preclusão referente ao período anterior ao pedido.

8.5 A mera solicitação de revisão não suspende as obrigações da CONCESSIONÁRIA, que deverá manter a execução regular da concessão e o pagamento da outorga durante o período de análise pelo PODER CONCEDENTE.

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 São obrigações da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de demais disposições do EDITAL, seus ANEXOS e da legislação aplicável:

9.1.1 cumprir e respeitar as cláusulas, condições e obrigações constantes no CONTRATO e seus ANEXOS, da sua PROPOSTA COMERCIAL e dos demais documentos por ela apresentados na LICITAÇÃO, submetendo-se à regulamentação existente ou a que venha a ser editada pelo PODER CONCEDENTE, às normas da vigilância sanitária ou de outro órgão normatizador competente, bem como

às especificações e projetos pertinentes, aos prazos e às instruções de fiscalização do PODER CONCEDENTE, cumprindo ainda com as metas e os parâmetros de qualidade e demais exigências impostas à execução do OBJETO da CONCESSÃO;

9.1.2 manter, durante todo o prazo da CONCESSÃO, as condições necessárias à execução do OBJETO do CONTRATO, incluídos os requisitos de habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e regularidade fiscal e trabalhista previstos no EDITAL;

9.1.3 cooperar e apoiar o desenvolvimento das atividades de acompanhamento e fiscalização do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO, permitindo o acesso aos registros contábeis, dados e informações operacionais seus, e, tanto quanto possível, de suas subcontratadas;

9.1.4 submeter-se às determinações da fiscalização nos termos do CONTRATO;

9.1.5 indicar responsáveis ou prepostos com poderes para resolver quaisquer questões pertinentes à execução do OBJETO do CONTRATO;

9.1.6 arcar e manter em dia todas as despesas com mão de obra, transporte, seguros, encargos de qualquer natureza, inclusive trabalhistas, previdenciários e sociais, bem como com tributos federais, estaduais e municipais incidentes ou relacionados à execução do OBJETO da CONCESSÃO;

9.1.7 assumir a integral responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho na execução;

9.1.8 assumir integral responsabilidade civil e penal pela boa execução e eficiência dos serviços e atividades que realizar, bem como pelos danos decorrentes da execução do OBJETO da CONCESSÃO, inclusive quanto a terceiros;

9.1.9 responder perante o PODER CONCEDENTE e terceiros pelos serviços subcontratados;

9.1.10 providenciar, junto aos órgãos competentes, todas as licenças e autorizações que se fizerem necessárias à prestação dos SERVIÇOS;

9.1.11 informar e justificar por escrito eventuais problemas que resultem em mudanças ou atrasos no desenvolvimento das atividades, devendo ser respeitados os prazos previstos no EDITAL e seus anexos;

9.1.12 executar os SERVIÇOS, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade;

9.1.13 dar publicidade aos canais de atendimento aos usuários a fim de permitir a melhor qualidade na prestação dos SERVIÇOS;

9.1.14 apresentar durante a execução do CONTRATO, quando solicitado, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, securitários e comerciais;

9.1.15 prestar, dentro dos prazos estipulados, as informações solicitadas pelo PODER CONCEDENTE;

9.1.16 responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados ao meio ambiente, ao PODER CONCEDENTE ou a terceiros, especialmente nos passeios públicos e em equipamentos de infraestrutura urbana, observadas as disposições constantes no CONTRATO;

9.1.17 não proceder à subconcessão no todo ou em parte do OBJETO da CONCESSÃO;

9.1.18 Implantar, às suas expensas, toda a estrutura física, equipamentos, mobiliário e instalações necessárias ao funcionamento do café-bistrô, em conformidade com o layout aprovado pela Administração;

9.1.19 Iniciar a operação somente após a obtenção das licenças e autorizações exigidas, especialmente o Alvará Sanitário, mantendo-as válidas durante toda a vigência contratual;

- 9.1.20** Explorar o objeto da concessão por sua conta e risco, responsabilizando-se integralmente pelos custos operacionais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da atividade;
- 9.1.21** Efetuar o pagamento mensal da outorga no prazo e condições estabelecidos, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- 9.1.22** Manter funcionamento regular da unidade no horário mínimo estabelecido, assegurando continuidade e qualidade no atendimento aos usuários;
- 9.1.23** Cumprir os níveis de serviço (SLA), especialmente quanto aos tempos máximos de atendimento, adotando as medidas necessárias para garantir a eficiência operacional;
- 9.1.24** Assegurar a oferta contínua do mix mínimo de produtos previsto, mantendo padrão de qualidade compatível com o ambiente institucional;
- 9.1.25** Manter equipe em número suficiente, devidamente uniformizada, capacitada em manipulação de alimentos e apta ao atendimento inclusivo;
- 9.1.26** Cumprir integralmente as normas sanitárias, implementando e mantendo atualizados o Manual de Boas Práticas e os Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs);
- 9.1.27** Preservar o espaço público concedido, responsabilizando-se por eventuais danos e realizando manutenções necessárias, mediante prévia autorização para intervenções estruturais;
- 9.1.28** Adotar práticas de sustentabilidade, incluindo a redução de materiais descartáveis, a segregação de resíduos sólidos e o uso racional de recursos naturais;
- 9.1.29** comunicar ao PODER CONCEDENTE, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR impeçam ou venham a impedir a normal execução do OBJETO da CONCESSÃO; e
- 9.1.30** assumir integral responsabilidade pelos riscos inerentes à execução da CONCESSÃO e que lhe forem alocados neste CONTRATO, ressalvadas as hipóteses expressamente excepcionadas previstas no CONTRATO.

10 OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

- 10.1** São obrigações do PODER CONCEDENTE, sem prejuízo de demais disposições do EDITAL, seus ANEXOS e da legislação aplicável:
- 10.1.1** fornecer informações que lhe estejam disponíveis e prestar os esclarecimentos solicitados pela CONCESSIONÁRIA, visando ao bom desenvolvimento da CONCESSÃO;
- 10.1.2** acompanhar, fiscalizar permanentemente e atestar a execução dos SERVIÇOS OBJETO do CONTRATO, bem como analisar as informações prestadas pela CONCESSIONÁRIA, podendo realizar auditorias sempre que necessário;
- 10.1.3** aplicar as sanções e penalidades e adotar as demais medidas necessárias ao cumprimento regular do CONTRATO em caso de inadimplemento das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA;
- 10.1.4** estimular a racionalização, a eficiência e melhoria constante dos SERVIÇOS;
- 10.1.5** zelar pela conservação do meio ambiente na prestação dos SERVIÇOS e na infraestrutura a ele associados;
- 10.1.6** intervir na prestação dos SERVIÇOS, quando houver riscos de descontinuidade;
- 10.1.7** declarar a extinção da CONCESSÃO, nos casos previstos no CONTRATO e na legislação;
- 10.1.8** fundamentar devidamente suas decisões, aprovações, pedidos ou demais atos praticados ao abrigo do CONTRATO, em face da CONCESSIONÁRIA, e observar os prazos correspondentes;

10.1.9 indicar formalmente o(s) agente(s) público(s) responsáveis pelo acompanhamento do CONTRATO;

10.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

10.3 Disponibilizar o espaço físico objeto da concessão em condições adequadas para implantação da unidade, conforme especificações estabelecidas;

10.4 Promover a articulação interna necessária para garantir o adequado funcionamento da concessão no ambiente do Paço Municipal.

11 DAS PENALIDADES

11.1 Caso a CONTRATADA não cumpra quaisquer das obrigações assumidas, ou fraude, por qualquer meio, a presente contratação, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, uma ou mais das seguintes penalidades, a juízo da Administração da Prefeitura:

11.1.1 Advertência;

11.1.2 Multa;

11.1.3 Impedimento de licitar e contratar;

11.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar;

11.2 Para garantir a razoabilidade e a proporcionalidade na aplicação das sanções, o PODER CONCEDENTE observará:

a) a natureza e a gravidade da infração, sobretudo quanto à existência de dolo ou gravidade da culpa da CONCESSIONÁRIA, ao grau de reprovabilidade da conduta, bem assim à extensão dos danos causados pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, aos usuários e a terceiros;

b) as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração;

c) as circunstâncias atenuantes e agravantes; e

d) os antecedentes da CONCESSIONÁRIA, inclusive eventuais reincidências.

11.3 A gradação das penalidades de multa a que está sujeita a CONCESSIONÁRIA observará a natureza da infração cometida, que variará conforme as seguintes categorias:

a) leve;

b) média; e

c) grave.

11.4 A infração será considerada leve quando decorrer de condutas não dolosas da CONCESSIONÁRIA, das quais ela não se beneficie economicamente e que não comprometam a prestação adequada e contínua do OBJETO da CONCESSÃO.

11.4.1 Serão consideradas infrações leves, inclusive, mas sem limitação, as seguintes:

a) o não fornecimento ou a falha no fornecimento ao PODER CONCEDENTE de quaisquer documentos ou informações relativas à exploração da CONCESSÃO que lhe forem solicitadas no âmbito do CONTRATO, incluindo as demonstrações financeiras da CONCESSIONÁRIA;

b) a falha na atualização e manutenção do inventário de BENS VINCULADOS À CONCESSÃO;

c) a falha na indicação do responsável técnico para representar a CONCESSIONÁRIA junto ao PODER CONCEDENTE.

11.4.2 O cometimento de infração de natureza leve ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

a) advertência por escrito, que será formulada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção; ou

b) multa, em caso de reincidência em uma mesma conduta que caracterize infração leve, dentro do período de 3 (três) meses consecutivos, no valor de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor do CONTRATO.

11.5 A infração será considerada média quando decorrer de conduta dolosa e/ou da qual se constate ter a CONCESSIONÁRIA se beneficiado economicamente, de forma direta ou indireta.

11.5.1 Serão consideradas infrações médias, inclusive, mas sem limitação, as seguintes:

a) falha na comunicação imediata ao PODER CONCEDENTE de todo e qualquer evento que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da realização das atividades da CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO;

b) não cooperação e apoio ao desenvolvimento das atividades de fiscalização do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO;

c) desatendimento às determinações do PODER CONCEDENTE e de sua fiscalização;

d) falha na obtenção das licenças e/ou autorizações emitidas pelos órgãos públicos necessárias ao cumprimento do OBJETO de que trata o EDITAL e seus ANEXOS, desde que comprovadamente por culpa da CONCESSIONÁRIA;

e) prática, por ação ou omissão, de qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar danos ao Município ou a terceiros, independentemente da obrigação da CONCESSIONÁRIA em reparar danos causados;

f) cometimento de quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais ou municipais, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais previstas no EDITAL e seus ANEXOS;

g) execução dos serviços em desacordo com as normas técnicas, condições e especificações contidas no CONTRATO, independentemente da obrigação de fazer correções necessárias às suas expensas;

h) descumprimento, total ou parcial, dos prazos estabelecidos no cronograma de implantação e execução apresentado na proposta vencedora e aprovado pelo Poder Concedente;

11.5.2 O cometimento de infração de natureza média ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada ou concomitante:

a) advertência por escrito, que será formulada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção; e/ou

b) multa no valor de 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor do CONTRATO.

11.6 A infração será considerada grave quando decorrer de conduta dolosa e de má-fé da qual se constate ter a CONCESSIONÁRIA se beneficiado economicamente, de forma direta ou indireta, e que envolva prejuízo econômico em detrimento do PODER CONCEDENTE.

11.6.1 Serão consideradas infrações graves, inclusive, mas sem limitação, as seguintes:

a) Inexecução total;

A.1) Caracteriza-se como inexecução total o não cumprimento integral do objeto da concessão, incluindo, mas não se limitando a:

I. não implantação da estrutura no prazo estabelecido;

II. não início da operação após a implantação;

III. paralisação injustificada das atividades;

IV. abandono da execução contratual.

b) Inexecução parcial;

B.1) Caracteriza-se como inexecução parcial o cumprimento irregular ou incompleto das obrigações contratuais, incluindo, mas não se limitando a:

- I. descumprimento dos níveis de serviço (SLA);
- II. falhas operacionais recorrentes;
- III. não atendimento às condições sanitárias, de limpeza ou de atendimento;
- IV. descumprimento de obrigações acessórias previstas no contrato.

c) não reconstituição da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, no prazo e condições estabelecidas no CONTRATO;

d) não apresentação dos seguros contratados em até 30 (trinta) dias homologação da licitação;

11.6.2 O cometimento de infração grave ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada ou concomitante:

- a) multa no valor de até 30% (trinta por cento) do valor do CONTRATO;
- b) suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 03 (três) anos;
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada de suspensão temporária do direito de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração.

11.6.3 A reincidência no descumprimento dos indicadores de desempenho previstos no Modelo de Execução do Objeto, especialmente em relação a não conformidades classificadas como graves, conforme itens 4.23 a 4.28, sujeitará a concessionária à aplicação de penalidade administrativa, podendo ser aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato vigente, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis, inclusive a rescisão contratual, conforme a gravidade e a reiteração das irregularidades constatadas.

11.7 A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10 A aplicação das sanções previstas nos itens 12.1.1 a 12.1.4 deverá observar os seguintes fatores no caso concreto:

- a) danos causados à Administração Pública ou à prestação do serviço público;
- b) circunstâncias agravantes e atenuantes;
- c) funções social e econômica da empresa.

11.11 Constituem circunstâncias agravantes, entre outras previstas no edital de licitação ou no contrato administrativo:

- a) reincidência, verificada a partir de identificação em cadastro oficial, de sanção aplicada ao licitante ou contratado por conduta idêntica ou mais grave que aquela sob apuração, nos doze meses que antecederem o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) não atendimento às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo

licitatório;

c) ausência de resposta às notificações e às solicitações dirigidas ao licitante ou contratado pela unidade gestora ou fiscalizadora do contrato.

11.12 Constituem circunstâncias atenuantes, entre outras:

a) o licitante ou o contratado, por sua espontânea vontade, após detectada a irregularidade, ter procurado evitar ou minorar, com eficiência, as consequências do problema ou reparar o dano;

b) a conduta praticada ser decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais o licitante ou o contratado não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação.

11.13 Quando a ação ou omissão do licitante ou contratado ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comine a sanção mais grave.

11.14 A aplicação das sanções administrativas acima previstas não exclui outras penalidades previstas na legislação vigente, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal do agente envolvido.

11.15 A dosimetria das sanções previstas nos itens 12.1.1 a 12.1.4 deve considerar, além dos princípios relacionados no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021, os seguintes aspectos:

a) a importância da preservação da empresa e o reconhecimento de sua relevante função social;

b) a natureza e a gravidade da infração cometida;

c) as peculiaridades do caso concreto;

d) a constatação de que a prática de atos ilícitos por parte de licitantes e contratados gera ineficiência ao desenvolvimento dos trabalhos e à rotina da administração municipal, com consequentes prejuízos ao erário;

e) o caráter pedagógico da sanção e o respectivo impacto positivo sobre licitações e contratações futuras;

f) a implantação ou o aperfeiçoamento do programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

g) a manutenção do emprego dos trabalhadores.

11.16 Aplica-se ainda o previsto na Lei 14.133/2021 e no edital.

12 EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 A CONCESSÃO será extinta, observadas as normas legais específicas, quando ocorrer:

a) o término do prazo de vigência contratual;

b) a encampação;

c) a caducidade;

d) a rescisão

e) a anulação, e

f) a falência ou a extinção da CONCESSIONÁRIA.

12.2 Extinta a CONCESSÃO, haverá a imediata assunção dos SERVIÇOS pelo CONCEDENTE, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários.

12.3 Extinta a CONCESSÃO, retornam ao PODER CONCEDENTE todos os BENS REVERSÍVEIS, direitos e privilégios transferidos à CONCESSIONÁRIA, conforme previsto no CONTRATO.

12.4 A CONCESSIONÁRIA deverá promover a retirada de todos os bens não reversíveis após o final do CONTRATO de CONCESSÃO.

12.5 A assunção dos SERVIÇOS autoriza a utilização, pelo PODER CONCEDENTE, de todos os BENS REVERSÍVEIS.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA CHECKLIST DETALHADO DE FISCALIZAÇÃO – CAFÉ/BISTRÔ

1. CONFORMIDADE SANITÁRIA (Meta: 0 ocorrências)

- a) Verificação da validade dos alimentos expostos e armazenados, sem presença de produtos vencidos. Classificação: Grave
- b) Controle adequado de temperatura de equipamentos de refrigeração e aquecimento, conforme tipo de alimento armazenado. Classificação: Grave
- c) Separação adequada entre alimentos crus, semiprontos e prontos, evitando contaminação cruzada. Classificação: Grave
- d) Armazenamento de alimentos em recipientes limpos, identificados e vedados. Classificação: Média
- e) Higienização correta de frutas, verduras e legumes antes do preparo. Classificação: Grave
- f) Manipuladores utilizando uniforme completo, limpo e em bom estado de conservação. Classificação: Média
- g) Uso adequado de equipamentos de proteção individual (EPI), incluindo touca e ausência de adornos. Classificação: Média
- h) Existência e aplicação prática do Manual de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs). Classificação: Grave
- i) Controle de higiene das mãos dos manipuladores, com disponibilidade de lavatórios, sabonete líquido e papel toalha. Classificação: Grave
- j) Ausência de vetores e pragas urbanas no ambiente (insetos, roedores ou vestígios). Classificação: Grave
- k) Condições adequadas de limpeza de superfícies de preparo, bancadas e equipamentos. Classificação: Média
- l) Higienização correta de utensílios e equipamentos após o uso. Classificação: Média
- m) Controle de resíduos, com uso de lixeiras adequadas, com tampa e acionamento não manual. Classificação: Média
- n) Armazenamento adequado de produtos de limpeza, separados de alimentos e utensílios. Classificação: Grave
- o) Controle de rastreabilidade dos insumos utilizados (identificação de fornecedores e origem dos produtos). Classificação: Média

2. LIMPEZA E MANUTENÇÃO (Meta $\geq 95\%$)

- a) Ausência de sujeira visível em pisos da área de atendimento e circulação.
- b) Ausência de acúmulo de poeira em superfícies altas (prateleiras, luminárias, estruturas).
- c) Limpeza adequada de mesas e cadeiras, sem resíduos aparentes entre atendimentos.
- d) Conservação e limpeza de balcões de atendimento e áreas de apoio ao cliente.
- e) Ausência de manchas, gordura ou marcas em paredes e divisórias.
- f) Limpeza de portas, maçanetas e áreas de contato frequente com usuários.
- g) Condições adequadas de limpeza de vitrines, expositores e equipamentos visíveis ao público.
- h) Ausência de resíduos ou líquidos acumulados em áreas de circulação.
- i) Organização e limpeza da área de descarte interno de resíduos.
- j) Condições adequadas de limpeza de lixeiras externas e internas (sem transbordamento ou sujeira externa).
- k) Ausência de odores desagradáveis no ambiente de atendimento.
- l) Limpeza e conservação de sanitários eventualmente disponibilizados ao público (quando aplicável).
- m) Estado de conservação geral do ambiente, sem sinais de abandono ou negligência.
- n) Limpeza de equipamentos externos ou aparentes (freezers, estufas, máquinas de café).
- o) Frequência adequada de higienização ao longo do expediente, especialmente em períodos de maior fluxo.

3. SUSTENTABILIDADE

- a) Não segregação de resíduos
- b) Uso excessivo de descartáveis
- c) Ausência de práticas ambientais

ANEXO 2 – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE CONCESSÃO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO VERDE, E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

Nº.

Por este instrumento de contrato que entre si fazem, de um lado, o **MUNICÍPIO DE RIO VERDE – GOIÁS**, com sede nesta cidade a Av. Flamboyant, esquina com RG 12, Bairro Gameleira II, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 02.056.729/0001-05, representado pelo seu Prefeito, **SR. WELLINGTON SOARES CARRIJO FILHO**, com matrícula sob nº 3016115, residente e domiciliado nesta cidade, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a **Lei nº 4.320 de 17/03/1964 e Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021** e suas alterações, neste instrumento doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____, neste ato denominada **CONTRATADA**, têm como justo e contratado o que segue, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL – O presente contrato é regido pelo §1º, do art. 105, da Lei Orgânica do Município, e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Lei Municipal nº 7.810/2026, decorrente da licitação nº. _____, na modalidade _____, protocolo nº. _____, realizada em _____, e que deu origem ao seguinte número de protocolo do (a) **CONTRATADO** (A)_____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL

Constitui objeto do presente contrato a concessão onerosa de uso de espaço público, destinada à implantação, operação e exploração comercial de café-bistrô, na área de convivência do Paço Municipal, incluindo a prestação de serviços de alimentação e bebidas aos usuários, visando atender as necessidades da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência e demais anexos do processo;

Item	Descrição/Especificação	Outorga mensal	Outorga anual
01	Concessão onerosa de uso de espaço público, destinada à implantação, operação e exploração comercial de café-bistrô na área de convivência do Paço Municipal	R\$	R\$

§1º - Vinculam-se ao presente contrato independente de transcrição, o Edital, o Termo de Referência e seu anexo I e demais anexos do processo, bem como a proposta ofertada pelo (a) **CONTRATADO (A)** no momento do certame.

§2º - Os elementos, premissas e diretrizes constantes do Estudo Técnico Preliminar e do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira deverão ser obrigatoriamente observados pela concessionária durante toda a execução contratual, passando a integrar este contrato para todos os fins, como parâmetros mínimos de desempenho, operação e viabilidade do empreendimento.

§3º - Este instrumento contém o anexo I que faz parte integrante do contrato.

§4º – O(A) **CONTRATADO(A)** apresentou no ato da assinatura do presente instrumento a garantia contratual na modalidade de _____, cujo valor corresponde a ____% (____ por cento) da contratação. No caso de prorrogação da vigência contratual, a garantia deverá ser renovada, na modalidade escolhida e nos termos e condições originalmente aprovados pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL

- I. Pela concessão objeto deste contrato a CONCESSIONÁRIA pagará ao Município mensalmente o valor em moeda nacional corresponde ao valor de R\$ _____ mensal e de R\$ _____ anual.
- II. Não há dotação orçamentária, pelo fato de a contratação não gerar despesa para Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

- I. O presente contrato terá vigência **de 10 (dez) anos**, contados a partir da data da última assinatura eletrônica das partes no contrato, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos da legislação vigente, desde que demonstrado o interesse público e preservado o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.
- II. Em caso de prorrogação do prazo de vigência do contrato, deverá ser verificada a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA QUARTA – DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

- I. A medição para fins de pagamento da outorga onerosa será realizada mensalmente, considerando o valor fixo da outorga estabelecido no contrato, conforme proposta vencedora do certame, acrescido dos Encargos de Desempenho Operacional eventualmente apurados no período, nos termos do Modelo de Execução do Objeto.
- II. O valor da outorga mensal corresponde ao montante fixo ofertado pela concessionária, não estando vinculado ao faturamento ou à receita auferida com a exploração do espaço.
- III. O pagamento da outorga onerosa deverá ser efetuado mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido, em favor do Município, na forma e conta a serem indicadas pela Administração.
- IV. Em razão da natureza da concessão de serviço público com uso de bem público e remuneração por meio de exploração econômica, não se aplica o regime de recebimento provisório e definitivo, previsto para contratos administrativos de obras e serviços, sendo a obrigação principal da concessionária caracterizada pela operação contínua do serviço e pelo recolhimento mensal da outorga.
- V. A remuneração da CONCESSIONÁRIA decorrerá exclusivamente da exploração comercial do café-bistrô implantado no espaço concedido, incluindo a comercialização de alimentos, bebidas e demais produtos correlatos.
- VI. Nenhum valor será devido pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, a qualquer título, em razão da implantação, manutenção ou exploração do objeto da concessão, sendo a atividade exercida por conta e risco da concessionária.
- VII. Em caso de atraso no pagamento pela outorga será aplicado correção sobre o valor devido, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, além de juros de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

- I. Será exigido como condição para assinatura do contrato, a prestação de GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO em favor do PODER CONCEDENTE, na forma disposta no EDITAL, o valor equivalente ao percentual de 5% do valor anual do CONTRATO, a qual deverá ser mantida durante toda a vigência da CONCESSÃO, devendo ser renovada anualmente pela CONCESSIONÁRIA.
- II. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO assegurará o fiel cumprimento do CONTRATO pela CONCESSIONÁRIA e poderá ser executada para cobrir os seguintes eventos:
 - a) ressarcimento de custos e despesas incorridas pelo PODER CONCEDENTE em face da omissão ou inadimplemento contratual pela CONCESSIONÁRIA;
 - b) devolução dos BENS REVERSÍVEIS em desconformidade com as exigências aplicáveis;
 - c) não pagamento das multas que forem aplicadas à CONCESSIONÁRIA, razão da recusa ou falha em realizar o pagamento dentro do prazo máximo concedido pelo PODER CONCEDENTE ou nos prazos explicitamente fixados em CONTRATO.
 - d) prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA aos usuários pelos quais o PODER CONCEDENTE venha a ser responsabilizado solidariamente;
 - e) A rescisão unilateral do contrato por parte da concessionária;
- III. Se o valor das multas contratuais eventualmente impostas à CONCESSIONÁRIA for superior ao valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, além da perda desta, a CONCESSIONÁRIA

responderá pela diferença e pela reposição do valor integral da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

- IV. Sempre que utilizada a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá recompor o seu valor integral, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da utilização, sob pena de aplicação das penalidades previstas no CONTRATO.
- V. A recomposição de que trata o inciso acima poderá ser efetuada pela CONCESSIONÁRIA mediante a complementação da garantia existente ou a contratação de nova(s) garantia(s), de maneira que o valor total da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO seja sempre equivalente ao montante total definido no CONTRATO.
- VI. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO referida neste item poderá assumir qualquer das modalidades previstas no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- VII. O contratado terá o prazo de 01 (um) mês para prestação da garantia, contados a partir da homologação.
- VIII. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas, a apólice deverá ser emitida por seguradora devidamente registrada junto a SUSEP.
- IX. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- X. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.
- XI. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- XII. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- XIII. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica, com correção monetária.
- XIV. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- XV. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- XVI. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- XVII. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- XVIII. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- XIX. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

- XX.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- XXI.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- XXII.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- XXIII.** O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste termo.
- XXIV.** A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será reajustada anualmente, conforme variação do IPCA, ou, na hipótese de sua extinção, pelo índice que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO

- I.** Para efeitos de atualização monetária, o valor do CONTRATO e os valores nele constante, serão reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE ou, em caso de sua extinção, por índice que o substitua, sendo o primeiro reajuste calculado após o transcurso de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato.
- II.** O equilíbrio econômico-financeiro da concessão é garantido durante toda a vigência contratual, nos termos do art. 103 da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se à CONCESSIONÁRIA a manutenção das condições de viabilidade econômica da operação vigentes na data de apresentação da proposta, de modo que a relação entre encargos e benefícios originalmente pactuada reste preservada ao longo da execução do CONTRATO.
- III.** Não constituem fundamento para revisão do equilíbrio econômico-financeiro, sendo riscos ordinários da atividade empresarial alocados integralmente à CONCESSIONÁRIA: a variação de custos operacionais coberta pelo reajuste anual pelo IPCA previsto no CONTRATO; a flutuação de demanda dos usuários decorrente de fatores de mercado; os custos decorrentes de erros de planejamento ou execução imputáveis à própria CONCESSIONÁRIA; e o inadimplemento contratual da CONCESSIONÁRIA.
- IV.** A solicitação de revisão deverá ser formalizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data em que a CONCESSIONÁRIA tomou ou deveria ter tomado ciência do evento alegado, instruída com memória de cálculo comparativa em relação às premissas do Estudo de Viabilidade Econômica Financeira, original e documentação comprobatória idônea, sob pena de preclusão referente ao período anterior ao pedido.
- V.** A mera solicitação de revisão não suspende as obrigações da CONCESSIONÁRIA, que deverá manter a execução regular da concessão e o pagamento da outorga durante o período de análise pelo PODER CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)

Além das disposições contidas neste Contrato, constituirão ainda obrigações do(a) **CONTRATADO(A)** sem prejuízo de demais disposições do EDITAL, seus ANEXOS e da legislação aplicável:

- I.** Cumprir e respeitar as cláusulas, condições e obrigações constantes no CONTRATO e seus ANEXOS, da sua PROPOSTA COMERCIAL e dos demais documentos por ela apresentados na LICITAÇÃO, submetendo-se à regulamentação existente ou a que venha a ser editada pelo PODER CONCEDENTE, às normas da vigilância sanitária ou de outro órgão normatizador competente, bem como às especificações e projetos pertinentes, aos prazos e às instruções de fiscalização do PODER

CONCEDENTE, cumprindo ainda com as metas e os parâmetros de qualidade e demais exigências impostas à execução do OBJETO da CONCESSÃO;

- II. Manter, durante todo o prazo da CONCESSÃO, as condições necessárias à execução do OBJETO do CONTRATO, incluídos os requisitos de habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e regularidade fiscal e trabalhista previstos no EDITAL;
- III. Cooperar e apoiar o desenvolvimento das atividades de acompanhamento e fiscalização do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO, permitindo o acesso aos registros contábeis, dados e informações operacionais seus, e, tanto quanto possível, de suas subcontratadas;
- IV. Submeter-se às determinações da fiscalização nos termos do CONTRATO;
- V. Indicar responsáveis ou prepostos com poderes para resolver quaisquer questões pertinentes à execução do OBJETO do CONTRATO;
- VI. Arcar e manter em dia todas as despesas com mão de obra, transporte, seguros, encargos de qualquer natureza, inclusive trabalhistas, previdenciários e sociais, bem como com tributos federais, estaduais e municipais incidentes ou relacionados à execução do OBJETO da CONCESSÃO;
- VII. Assumir a integral responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho na execução;
- VIII. Assumir integral responsabilidade civil e penal pela boa execução e eficiência dos serviços e atividades que realizar, bem como pelos danos decorrentes da execução do OBJETO da CONCESSÃO, inclusive quanto a terceiros;
- IX. Responder perante o PODER CONCEDENTE e terceiros pelos serviços subcontratados;
- X. Providenciar, junto aos órgãos competentes, todas as licenças e autorizações que se fizerem necessárias à prestação dos SERVIÇOS;
- XI. Informar e justificar por escrito eventuais problemas que resultem em mudanças ou atrasos no desenvolvimento das atividades, devendo ser respeitados os prazos previstos no EDITAL e seus anexos;
- XII. Executar os SERVIÇOS, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenuie essa responsabilidade;
- XIII. Dar publicidade aos canais de atendimento aos usuários a fim de permitir a melhor qualidade na prestação dos SERVIÇOS;
- XIV. Apresentar durante a execução do CONTRATO, quando solicitado, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, securitários e comerciais;
- XV. Prestar, dentro dos prazos estipulados, as informações solicitadas pelo PODER CONCEDENTE;
- XVI. Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados ao meio ambiente, ao PODER CONCEDENTE ou a terceiros, especialmente nos passeios públicos e em equipamentos de infraestrutura urbana, observadas as disposições constantes no CONTRATO;
- XVII. Não proceder à subconcessão no todo ou em parte do OBJETO da CONCESSÃO, exceto quando houver autorização da Administração Pública;
- XVIII. Implantar, às suas expensas, toda a estrutura física, equipamentos, mobiliário e instalações necessárias ao funcionamento do café-bistrô, em conformidade com o layout aprovado pela Administração Pública;
- XIX. Iniciar a operação somente após a obtenção das licenças e autorizações exigidas, especialmente o Alvará Sanitário, mantendo-as válidas durante toda a vigência contratual;

- XX.** Explorar o objeto da concessão por sua conta e risco, responsabilizando-se integralmente pelos custos operacionais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da atividade;
- XXI.** Efetuar o pagamento mensal da outorga no prazo e condições estabelecidos, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- XXII.** Manter funcionamento regular da unidade no horário mínimo estabelecido, assegurando continuidade e qualidade no atendimento aos usuários;
- XXIII.** Cumprir os níveis de serviço (SLA), especialmente quanto aos tempos máximos de atendimento, adotando as medidas necessárias para garantir a eficiência operacional;
- XXIV.** Assegurar a oferta contínua do mix mínimo de produtos previsto, mantendo padrão de qualidade compatível com o ambiente institucional;
- XXV.** Manter equipe em número suficiente, devidamente uniformizada, capacitada em manipulação de alimentos e apta ao atendimento inclusivo;
- XXVI.** Cumprir integralmente as normas sanitárias, implementando e mantendo atualizados o Manual de Boas Práticas e os Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs);
- XXVII.** Preservar o espaço público concedido, responsabilizando-se por eventuais danos e realizando manutenções necessárias, mediante prévia autorização para intervenções estruturais;
- XXVIII.** Adotar práticas de sustentabilidade, incluindo a redução de materiais descartáveis, a segregação de resíduos sólidos e o uso racional de recursos naturais;
- XXIX.** Comunicar ao PODER CONCEDENTE, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR impeçam ou venham a impedir a normal execução do OBJETO da CONCESSÃO; e
- XXX.** Assumir integral responsabilidade pelos riscos inerentes à execução da CONCESSÃO e que lhe forem alocados neste CONTRATO, ressalvadas as hipóteses expressamente excepcionadas previstas no CONTRATO.
- XXXI.** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os empregados, quando em serviço.
- XXXII.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Poder Concedente.
- XXXIII.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- XXXIV.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- XXXV.** Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por funcionário durante a execução dos serviços.
- XXXVI.** Comunicar, por escrito, ao Fiscal ou Gestor do contrato, responsável pela fiscalização e acompanhamento, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- XXXVII.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- XXXVIII.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

- XXXIX.** Responsabilizar-se pela regularidade do funcionamento da empresa e estabelecimento junto aos órgãos governamentais.
- XL.** A CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE** sem prejuízo de demais disposições do EDITAL, seus ANEXOS e da legislação aplicável:

- I. Regularizar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;
- II. Fornecer informações que lhe estejam disponíveis e prestar os esclarecimentos solicitados pela CONCESSIONÁRIA, visando ao bom desenvolvimento da CONCESSÃO;
- III. Acompanhar, fiscalizar permanentemente e atestar a execução dos SERVIÇOS OBJETO do CONTRATO, bem como analisar as informações prestadas pela CONCESSIONÁRIA, podendo realizar auditorias sempre que necessário;
- IV. Aplicar as sanções e penalidades e adotar as demais medidas necessárias ao cumprimento regular do CONTRATO em caso de inadimplemento das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA;
- V. Estimular a racionalização, a eficiência e melhoria constante dos SERVIÇOS;
- VI. Zelar pela conservação do meio ambiente na prestação dos SERVIÇOS e na infraestrutura a ele associados;
- VII. Intervir na prestação dos SERVIÇOS, quando houver riscos de descontinuidade;
- VIII. Declarar a extinção da CONCESSÃO, nos casos previstos no CONTRATO e na legislação;
- IX. Fundamentar devidamente suas decisões, aprovações, pedidos ou demais atos praticados ao abrigo do CONTRATO, em face da CONCESSIONÁRIA, e observar os prazos correspondentes;
- X. Indicar formalmente o(s) agente(s) público(s) responsáveis pelo acompanhamento do CONTRATO;
- XI. A Administração Pública não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- XII. Disponibilizar o espaço físico objeto da concessão em condições adequadas para implantação da unidade, conforme especificações estabelecidas;
- XIII. Promover a articulação interna necessária para garantir o adequado funcionamento da concessão no ambiente do Paço Municipal.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

Durante a execução contratual, a concessionária deverá observar integralmente os seguintes requisitos:

- I. Operação e funcionamento:
 - a) Manter funcionamento regular, de forma contínua, no horário mínimo de **07h às 18h, de segunda a sexta-feira**;
 - b) Assegurar padrão de qualidade compatível com o ambiente institucional do Paço Municipal, sendo responsável pela qualidade dos produtos e serviços prestados;
- II. Níveis de serviço (SLA);
 - f) Observar os seguintes tempos máximos de atendimento de até 3 (três) minutos para cafés e bebidas prontas e até 10 (dez) minutos para pratos executivos;
- III. Equipe operacional;

- a) Manter equipe dimensionada de forma compatível com a demanda operacional;
- b) Garantir que os colaboradores estejam devidamente uniformizados; capacitados em manipulação de alimentos, e; aptos ao atendimento inclusivo, observando as prioridades legais;

IV. Higiene e segurança alimentar;

- a) A concessionária deverá obter o Alvará Sanitário junto ao órgão competente, após a implantação da estrutura física e antes do início das atividades operacionais, sendo vedado o início do funcionamento sem a devida autorização;
- b) Observar integralmente as normas sanitárias aplicáveis;
- c) Implementar e manter atualizado: Manual de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs);

V. Assegurar o controle de validade dos produtos; rastreabilidade de fornecedores; e controle adequado de armazenamento e temperatura;

VI. Submeter-se à fiscalização periódica da Administração, incluindo verificação de higiene, controle de pragas e condições operacionais;

VII. Preservação do espaço e convivência

- a) Obter autorização prévia da Administração para qualquer intervenção estrutural não prevista;
- b) Responder por eventuais danos causados ao imóvel;
- c) Manter identidade visual compatível com o ambiente institucional, sendo vedadas instalações invasivas e publicidade de terceiros;
- d) Controlar níveis de ruído, de modo a não interferir nas atividades administrativas;
- e) Manter rotas de fuga e áreas de circulação permanentemente desobstruídas;

VIII. Logística operacional;

- a. Realizar o abastecimento e a retirada de resíduos em horários de menor fluxo, ou conforme orientações da Administração;
- b. Utilizar recipientes adequados e estanques, de modo a evitar odores nas áreas comuns;

IX. Meios de pagamento;

- a) A concessionária deverá adotar as providências necessárias para assegurar, durante toda a vigência contratual, a aceitação dos meios de pagamento vinculados aos benefícios alimentares disponibilizados aos servidores municipais pela operadora contratada pela Administração Municipal, observadas as condições técnicas e operacionais aplicáveis;
- b) Na hipótese de substituição da operadora responsável pelos cartões de benefício dos servidores, a concessionária deverá providenciar, às suas expensas, o credenciamento junto à nova instituição, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação da Contratante, de modo a não interromper a aceitação do referido meio de pagamento.

X. Mobiliário e capacidade operacional;

- a) Implantar e manter mobiliário fixo adequado à operação, observando a capacidade de 112 assentos;
- b) Adotar soluções que garantam a estabilidade do mobiliário; manutenção do layout aprovado; e a segurança dos usuários;
- c) Utilizar mobiliário com materiais resistentes e de fácil higienização;
- d) Assegurar conformidade com normas de ergonomia e acessibilidade aplicáveis.

XI. A CONCESSIONÁRIA deverá executar o objeto de forma a garantir elevado padrão de atendimento aos usuários, assegurando eficiência operacional, qualidade dos produtos ofertados e conformidade com os requisitos técnicos e sanitários aplicáveis, sujeitando-se ao monitoramento por indicadores de desempenho definidos no contrato.

- XII.** A CONCESSIONÁRIA deverá assegurar a manutenção de condições sanitárias adequadas, observando integralmente as normas aplicáveis, de modo a não incorrer em ocorrências graves em inspeções sanitárias realizadas pelos órgãos competentes.
- XIII.** Será considerada não conformidade grave qualquer irregularidade que comprometa a segurança alimentar ou a saúde dos usuários.
- XIV.** A CONCESSIONÁRIA deverá manter rotinas contínuas de limpeza e conservação do espaço, incluindo equipamentos, utensílios, mobiliário e áreas de circulação.
- XV.** A conformidade de limpeza e manutenção será aferida por meio de checklists periódicos aplicados pela fiscalização contratual, devendo a concessionária atender integralmente aos itens verificados.
- XVI.** A CONCESSIONÁRIA deverá assegurar a fluidez do atendimento, especialmente nos períodos de maior demanda, de modo a evitar formação de filas excessivas e gargalos operacionais.
- XVII.** O desempenho operacional será aferido com base no tempo médio de atendimento em horários de pico, devendo a concessionária observar, obrigatoriamente, os prazos máximos estabelecidos nos requisitos da contratação, quais sejam: até **3 (três) minutos** para fornecimento de **cafés e bebidas** prontas e até **10 (dez) minutos** para fornecimento de **pratos executivos**, adotando todas as medidas necessárias para garantir a adequada capacidade de atendimento frente à demanda estimada.
- XVIII.** A CONCESSIONÁRIA deverá colaborar com a aplicação de pesquisas de satisfação dos usuários, a serem realizadas pela Administração com periodicidade mínima trimestral.
- XIX.** A CONCESSIONÁRIA deverá adotar medidas corretivas sempre que identificados níveis insatisfatórios de avaliação quanto à qualidade dos produtos ou do atendimento.
- XX.** A CONCESSIONÁRIA deverá registrar e acompanhar as ocorrências operacionais, incluindo falhas técnicas, reclamações de usuários e intercorrências na prestação do serviço.
- XXI.** Deverá, ainda, adotar providências para solução das ocorrências em prazo compatível com a sua complexidade, garantindo a continuidade e regularidade da operação.
- XXII.** O volume de ocorrências e os prazos de resolução serão monitorados pela fiscalização contratual como indicadores de desempenho.
- XXIII.** A CONCESSIONÁRIA deverá adotar práticas voltadas à redução do uso de materiais descartáveis.
- XXIV.** Deverá implementar a segregação adequada dos resíduos sólidos gerados na operação, assegurando destinação ambientalmente adequada.
- XXV.** O cumprimento das práticas de sustentabilidade será aferido pela fiscalização contratual, considerando a efetiva redução de descartáveis e a correta gestão de resíduos.
- XXVI.** A CONCESSIONÁRIA deverá concluir a implantação da estrutura necessária e iniciar as operações do café-bistrô no prazo máximo de **4 (quatro) meses**, contados da emissão da Autorização de Início da Implantação pelo Poder Concedente, em conformidade com o cronograma físico-financeiro constante do Estudo de Viabilidade Técnica.
- XXVII.** Eventual necessidade de prorrogação do prazo deverá ser formalmente solicitada pela concessionária, devidamente justificada, antes do seu término, ficando a sua concessão condicionada à análise e aprovação da Administração.
- XXVIII. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE;**
- a)** A concessionária deverá adotar práticas de ecoeficiência compatíveis com a natureza da operação, implementando sistema de gestão de resíduos sólidos que contemple, obrigatoriamente, a segregação na fonte e o descarte ambientalmente adequado. Deverá, ainda, promover a redução do uso de materiais descartáveis, priorizando a utilização de embalagens biodegradáveis ou recicláveis, bem como assegurar o uso racional de recursos naturais, mediante a utilização de

equipamentos com eficiência energética e a adoção de dispositivos que otimizem o consumo de água nas atividades operacionais.

- b) A concessionária deverá garantir que o espaço e os serviços prestados atendam aos princípios de acessibilidade universal, em conformidade com a NBR 9050, assegurando condições adequadas de uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Para tanto, deverá manter rotas de circulação desobstruídas, disponibilizar balcões de atendimento com trechos rebaixados e adotar mobiliário acessível, de modo a garantir autonomia, segurança e conforto aos usuários em todas as etapas da experiência de consumo.
- c) A concessionária deverá manter, durante toda a execução contratual, plena conformidade com a legislação trabalhista, previdenciária e sanitária aplicável, adotando práticas que mitiguem riscos jurídicos à Administração. Deverá, ainda, observar rigorosamente as normas internas de segurança do Paço Municipal, manter postura de cooperação com a fiscalização e adotar práticas de governança, ética e transparência compatíveis com a natureza da concessão de uso, assegurando padrão contínuo de qualidade na operação.

XXIX. METAS DE DESEMPENHO E ENCARGOS;

- a. Com o objetivo de assegurar a adequada execução do objeto e a manutenção dos padrões de qualidade estabelecidos, as não conformidades verificadas na execução contratual ensejarão a aplicação de Encargos de Desempenho Operacional, de natureza não sancionatória, vinculados ao descumprimento dos indicadores e parâmetros previstos no Modelo de Execução do Objeto.
- b. Os Encargos de Desempenho serão aplicados com base nos registros de fiscalização, especialmente aqueles decorrentes de checklists e relatórios operacionais, sendo classificados conforme a gravidade da não conformidade identificada.
- c. Os valores dos encargos serão previamente definidos e associados às classificações de ocorrência (leve, média e grave), podendo ser aplicados de forma individual ou cumulativa, conforme a quantidade e recorrência das não conformidades verificadas no período de apuração.
- d. O montante total dos Encargos de Desempenho apurados no período será cobrado conjuntamente com a outorga mensal devida, ou, a critério da Administração, compensado nos valores a serem pagos pela concessionária.
- e. A aplicação dos Encargos de Desempenho não afasta a obrigação da concessionária de promover a imediata correção das falhas identificadas, nem substitui a aplicação de penalidades administrativas nos casos de infrações graves, reincidência ou descumprimento reiterado das obrigações contratuais.

f) Conformidade sanitária

- 1. Indicador: Ocorrências em inspeções sanitárias
- 2. Meta: 0 (zero) ocorrências
- 3. Faixas de desempenho e encargo:
- 4. Conforme: 0 ocorrências → sem encargo;
- 5. Parcialmente conforme: 1 ocorrência leve → advertência
- 6. Não conforme: 2 ou mais ocorrências médias acréscimo de 2% no valor outorga mensal;
- 7. Não conforme: 1 ou mais ocorrências graves → acréscimo de 5% no valor da outorga mensal por ocorrência, podendo ensejar suspensão das atividades;

g) Limpeza e manutenção

- 1. Indicador: Percentual de conformidade em checklist
- 2. Meta: 100% dos itens atendidos
- 3. Faixas de desempenho e encargo:
- 4. Conforme: $\geq 95\%$ → sem encargo;
- 5. Parcialmente conforme: 80% a 94% → acréscimo de 1% da outorga mensal;
- 6. Não conforme: $< 80\%$ → acréscimo de 3% da outorga mensal;

h) Tempo de atendimento (SLA)

- 1. Indicador: Tempo médio de atendimento em horário de pico
- Meta:
 - até 3 minutos (cafés e bebidas);
 - até 10 minutos (pratos executivos)

2. Faixas de desempenho e encargos:
 - Conforme: cumprimento integral → sem encargo de desempenho;
 - Parcialmente conforme: descumprimento de até 10% dos atendimentos → acréscimo de 1% no valor da outorga mensal;
 - Não conforme: descumprimento superior a 10% → acréscimo de 3% no valor da outorga mensal;

i) Satisfação dos usuários

1. Indicador: Pesquisa de satisfação trimestral
Meta: ≥ 80% de avaliação positiva
2. Faixas de desempenho e encargos:
3. Conforme: ≥ 80% → sem encargo;
4. Parcialmente conforme: 60% a 79% → acréscimo de 1% no valor da outorga mensal e apresentação de plano de melhoria;
5. Não conforme: < 60% → acréscimo de 3% no valor da outorga mensal;

j) Sustentabilidade

1. Indicador: Adoção de práticas ambientais
Meta: cumprimento integral das diretrizes
2. Faixas de desempenho e encargos:
3. Conforme: atendimento integral → sem encargo;
4. Parcialmente conforme: atendimento parcial → acréscimo de 1% no valor da outorga mensal;
5. Não conforme: não atendimento → acréscimo de 2% no valor da outorga mensal;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

- I. Caso a CONTRATADA não cumpra quaisquer das obrigações assumidas, ou fraude, por qualquer meio, a presente contratação, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, uma ou mais das seguintes penalidades, a juízo da Administração da Prefeitura:
 - a) Advertência;
 - b) Multa;
 - c) Impedimento de licitar e contratar;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar;
- II. Para garantir a razoabilidade e a proporcionalidade na aplicação das sanções, o PODER CONCEDENTE observará:
 - a) a natureza e a gravidade da infração, sobretudo quanto à existência de dolo ou gravidade da culpa da CONCESSIONÁRIA, ao grau de reprovabilidade da conduta, bem assim à extensão dos danos causados pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, aos usuários e a terceiros;
 - b) as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração;
 - c) as circunstâncias atenuantes e agravantes; e
 - d) os antecedentes da CONCESSIONÁRIA, inclusive eventuais reincidências.
- III. A gradação das penalidades de multa a que está sujeita a CONCESSIONÁRIA observará a natureza da infração cometida, que variará conforme as seguintes categorias:
 - a) leve;
 - b) média; e
 - c) grave.
- IV. A infração será considerada leve quando decorrer de condutas não dolosas da CONCESSIONÁRIA, das quais ela não se beneficie economicamente e que não comprometam a prestação adequada e contínua do OBJETO da CONCESSÃO.
- V. Serão consideradas infrações leves, inclusive, mas sem limitação, as seguintes:
 - a) o não fornecimento ou a falha no fornecimento ao PODER CONCEDENTE de quaisquer documentos ou informações relativas à exploração da CONCESSÃO que lhe forem

solicitadas no âmbito do CONTRATO, incluindo as demonstrações financeiras da CONCESSIONÁRIA;

- b) a falha na atualização e manutenção do inventário de BENS VINCULADOS À CONCESSÃO;
- c) a falha na indicação do responsável técnico para representar a CONCESSIONÁRIA junto ao PODER CONCEDENTE.

- VI.** O cometimento de infração de natureza leve ensejará a aplicação das seguintes penalidades:
- a) advertência por escrito, que será formulada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção; ou
 - b) multa, em caso de reincidência em uma mesma conduta que caracterize infração leve, dentro do período de 3 (três) meses consecutivos, no valor de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor do CONTRATO.
- VII.** A infração será considerada média quando decorrer de conduta dolosa e/ou da qual se constate ter a CONCESSIONÁRIA se beneficiado economicamente, de forma direta ou indireta.
- VIII.** Serão consideradas infrações médias, inclusive, mas sem limitação, as seguintes:
- a) falha na comunicação imediata ao PODER CONCEDENTE de todo e qualquer evento que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da realização das atividades da CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO;
 - b) não cooperação e apoio ao desenvolvimento das atividades de fiscalização do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO;
 - c) desatendimento às determinações do PODER CONCEDENTE e de sua fiscalização;
 - d) falha na obtenção das licenças e/ou autorizações emitidas pelos órgãos públicos necessárias ao cumprimento do OBJETO de que trata o EDITAL e seus ANEXOS, desde que comprovadamente por culpa da CONCESSIONÁRIA;
 - e) prática, por ação ou omissão, de qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar danos ao Município ou a terceiros, independentemente da obrigação da CONCESSIONÁRIA em reparar danos causados;
 - f) cometimento de quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais ou municipais, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais previstas no EDITAL e seus ANEXOS;
 - g) execução dos serviços em desacordo com as normas técnicas, condições e especificações contidas no CONTRATO, independentemente da obrigação de fazer correções necessárias às suas expensas;
 - h) descumprimento, total ou parcial, dos prazos estabelecidos no cronograma de implantação e execução apresentado na proposta vencedora e aprovado pelo Poder Concedente;
- IX.** O cometimento de infração de natureza média ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada ou concomitante:
- a) advertência por escrito, que será formulada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção; e/ou
 - b) multa no valor de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do CONTRATO.
- X.** A infração será considerada grave quando decorrer de conduta dolosa e de má-fé da qual se constate ter a CONCESSIONÁRIA se beneficiado economicamente, de forma direta ou indireta, e que envolva prejuízo econômico em detrimento do PODER CONCEDENTE.
- XI.** Serão consideradas infrações graves, inclusive, mas sem limitação, as seguintes:
- a) Inexecução total - Caracteriza-se como inexecução total o não cumprimento integral do objeto da concessão, incluindo, mas não se limitando a:
 - 1. não implantação da estrutura no prazo estabelecido;
 - 2. não início da operação após a implantação;
 - 3. paralisação injustificada das atividades;
 - 4. abandono da execução contratual.
 - b) Inexecução parcial - Caracteriza-se como inexecução parcial o cumprimento irregular ou incompleto das obrigações contratuais, incluindo, mas não se limitando a:
 - 1. descumprimento dos níveis de serviço (SLA);
 - 2. falhas operacionais recorrentes;
 - 3. não atendimento às condições sanitárias, de limpeza ou de atendimento;

4. descumprimento de obrigações acessórias previstas no contrato.

- c) não reconstituição da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, no prazo e condições estabelecidas no CONTRATO;
- d) não apresentação dos seguros contratados em até 30 (trinta) dias homologação da licitação;

XII. O cometimento de infração grave ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada ou concomitante:

- a) multa no valor de até 30% (trinta por cento) do valor do CONTRATO;
- b) suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 03 (três) anos;
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada de suspensão temporária do direito de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração.

XIII. As multas aplicadas em decorrência do não atingimento das metas e indicadores de desempenho previstos no Item 04 do termo de referência - Modelo de Execução do Objeto integram o rol de penalidades contratuais, possuindo natureza sancionatória e podendo ser aplicadas de forma cumulativa com outras sanções, conforme a gravidade da infração.

XIV. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

XV. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

XVI. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

XVII. A aplicação das sanções previstas nos itens 12.1.1 a 12.1.4 deverá observar os seguintes fatores no caso concreto:

- a) danos causados à Administração Pública ou à prestação do serviço público;
- b) circunstâncias agravantes e atenuantes;
- c) funções social e econômica da empresa.

XVIII. Constituem circunstâncias agravantes, entre outras previstas no edital de licitação ou no contrato administrativo:

- a) reincidência, verificada a partir de identificação em cadastro oficial, de sanção aplicada ao licitante ou contratado por conduta idêntica ou mais grave que aquela sob apuração, nos doze meses que antecederem o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) não atendimento às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório;
- c) ausência de resposta às notificações e às solicitações dirigidas ao licitante ou contratado pela unidade gestora ou fiscalizadora do contrato.

XIX. Constituem circunstâncias atenuantes, entre outras:

- a) o licitante ou o contratado, por sua espontânea vontade, após detectada a irregularidade, ter procurado evitar ou minorar, com eficiência, as consequências do problema ou reparar o dano;
- b) a conduta praticada ser decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais o licitante ou o contratado não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação.

XX. Quando a ação ou omissão do licitante ou contratado ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comine a sanção mais grave.

XXI. A aplicação das sanções administrativas acima previstas não exclui outras penalidades previstas na

legislação vigente, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal do agente envolvido.

XXII. A dosimetria das sanções previstas nos itens 12.1.1 a 12.1.4 deve considerar, além dos princípios relacionados no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021, os seguintes aspectos:

- a) a importância da preservação da empresa e o reconhecimento de sua relevante função social;
- b) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- c) as peculiaridades do caso concreto;
- d) a constatação de que a prática de atos ilícitos por parte de licitantes e contratados gera ineficiência ao desenvolvimento dos trabalhos e à rotina da administração municipal, com consequentes prejuízos ao erário;
- e) o caráter pedagógico da sanção e o respectivo impacto positivo sobre licitações e contratações futuras;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento do programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- g) a manutenção do emprego dos trabalhadores.

XXIII. Aplica-se ainda o previsto na Lei 14.133/2021 e no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCINDIBILIDADE/EXTINÇÃO DO CONTRATO E DA CONCESSÃO

- I.** A rescisão do presente contrato poderá ocorrer, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando a CONTRATADA:
 - a) Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste instrumento sem prévia anuência do **CONTRATANTE**;
 - b) Deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações deste contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento;
 - c) Desatender às determinações do servidor do **CONTRATANTE**, no exercício de suas atribuições de acompanhamento e fiscalização da execução do contrato;
 - d) Cometer, reiteradamente, faltas na execução do contrato;
 - e) Ocorrer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 - e.1) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
 - f) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- II.** A rescisão do contrato poderá ocorrer por mútuo consentimento entre as partes, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo, desde que haja interesse da Administração;
- III.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- IV.** O contrato poderá ser extinto ou rescindido, ainda, pelos motivos previstos nos artigos 106, inciso III, 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021 e alterações.
- V.** A extinção da concessão ocorrerá:
 - a) Término do prazo contratual;
 - b) Encampação, por motivo de interesse público mediante lei autorizativa e indenização;
 - c) Caducidade, em razão do inadimplemento contratual pelo concessionário;
 - d) Rescisão, por iniciativa do concessionário, nos casos de inadimplemento do poder concedente;
 - e) Anulação, em decorrência de irregularidades ou ilegalidades no ato concessório;
 - f) Falência ou extinção do concessionário.
- VI.** Extinta a CONCESSÃO, haverá a imediata assunção dos SERVIÇOS pelo CONCEDENTE, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários.

- VII. Extinta a CONCESSÃO, retornam ao PODER CONCEDENTE todos os BENS REVERSÍVEIS, direitos e privilégios transferidos à CONCESSIONÁRIA, conforme previsto no CONTRATO.
- VIII. A CONCESSIONÁRIA deverá promover a retirada de todos os bens não reversíveis após o final do CONTRATO de CONCESSÃO.
- IX. A assunção dos SERVIÇOS autoriza a utilização, pelo PODER CONCEDENTE, de todos os BENS REVERSÍVEIS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

- I. Quaisquer eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 a 135 da Lei nº. 14.133 de 01/04/2021, e alterações;
- II. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em observância ao art. 125 da Lei 14.133/21;
- IV. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

- I. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- I. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- II. A gestão do contrato será pautada pela utilização de checklists técnicos e Indicadores-chave de Desempenho (KPIs), facilitando o registro objetivo de evidências. A fiscalização deverá monitorar periodicamente:
 - a) Conformidade Documental: Validade de alvarás sanitários, licenças de funcionamento e comprovantes de quitação de encargos trabalhistas;
 - b) Padrões Operacionais: Verificação das rotinas de limpeza, manutenção preventiva do sistema de climatização e cumprimento dos horários de atendimento;
 - c) Qualidade do Serviço: Observância do mix de produtos e do tempo médio de atendimento, garantindo que a operação suporte o fluxo institucional sem gargalos.
- III. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- IV. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- V. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- VI. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*);
- VII. A fiscalização da execução contratual será realizada pela Administração, por meio de instrumentos formais de controle, incluindo checklists operacionais, relatórios periódicos de acompanhamento e demais mecanismos de verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

- VIII.** Os referidos instrumentos poderão ser revisados, atualizados ou aprimorados ao longo da execução contratual, com vistas ao aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização e à adequação às necessidades operacionais, não implicando alteração do objeto contratado, desde que mantidos os parâmetros e obrigações estabelecidos no contrato.
- IX.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- X.** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei Nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);
- XI.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- XII.** O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- XIII.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- XIV.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- XV.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- XVI.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Nº 14133/2021.
- XVII.** **Matriz de risco** – A gestão de riscos é um requisito essencial da Lei nº 14.133/2021 para garantir o equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade do serviço público. A matriz a seguir detalha os principais eventos que podem impactar a concessão, definindo as estratégias de resposta e a alocação de responsabilidades.

Risco	Responsabilidade	Probabilidade	Impacto	Mitigação / Tratamento Sugerido
Não conformidade sanitária ou ausência de licenças	Concessionária	Média	Alto	Manutenção das exigências sanitárias, regularidade documental e fiscalização periódica
Danos ao patrimônio público durante implantação, ou operação, ou obras sem autorização	Concessionária	Média	Alto	Aprovação prévia de intervenções e obrigação de recomposição de eventuais danos
Atendimento inadequado em	Concessionária	Média	Médio	Exigência de Plano Operacional detalhado,

horários de pico				metas de tempo de atendimento (SLA) e dimensionamento obrigatório de equipe para o fluxo projetado.
Descontinuidade da operação por abandono ou insolvência	Concessionária	Baixa/Média	Alto	Reforço das garantias contratuais e mecanismos de continuidade da execução
Gestão inadequada de resíduos e limpeza	Concessionária	Média	Médio	Rotinas de limpeza, descarte e conservação da área utilizada
Conflitos com agendas e eventos institucionais	Compartilhado	Média	Médio	Comunicação prévia e compatibilização operacional do uso do espaço
Adequações internas e operacionalização da estrutura utilizada	Concessionária	Média	Alto	Responsabilização pelas instalações, mobiliário, equipamentos e adequações necessárias à operação
Interrupções relevantes da operação por falhas operacionais	Concessionária	Média	Alto	Plano de contingência e correção tempestiva das ocorrências identificadas
Eventos extraordinários supervenientes que impactem diretamente a execução	Compartilhado	Baixa	Alto	Avaliação administrativa específica conforme impacto efetivo na execução contratual
Alegações futuras de inviabilidade operacional relacionadas aos custos ordinários da atividade	Concessionária	Média	Alto	Delimitação expressa de que os riscos ordinários integram a álea normal do empreendimento
Alterações estruturais promovidas pela Administração que impactem diretamente a operação	Administração	Baixa	Alto	Comunicação prévia e análise administrativa dos impactos na execução
Necessidade de manutenção preventiva e corretiva da estrutura operacional	Concessionária	Alta	Médio	Plano contínuo de manutenção e conservação da área concedida
Continuidade da operação diante do elevado investimento inicial	Compartilhado	Média	Alto	Reforço da previsibilidade contratual e estabilidade da execução durante a vigência da concessão
Hipóteses excepcionais de eventual reequilíbrio econômico-financeiro	Compartilhado	Baixa	Alto	Delimitação objetiva das hipóteses excepcionais e análise administrativa específica

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- I. Nos casos omissos, serão decididos pelo contratante, aplicadas as regras da Lei nº 14.133/2021, suas alterações e demais normas federais aplicáveis, os princípios do Direito Administrativo e Constitucional, os princípios da teoria geral dos contratos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;
- II. Em caso algum a **CONTRATANTE** pagará indenização à **CONTRATADA** por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, oriundos de contrato entre as mesmas e seus empregados, prepostos ou terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

O Foro do presente Contrato é o da cidade de Rio Verde – GO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estar assim justos e acordados com tudo o que aqui foi expresso, firmam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais necessários.

Rio Verde Goiás,

WELLINGTON SOARES CARRIJO FILHO
Prefeito Municipal

ÁLVARO CÉSAR DE SOUZA COSTA
Secretário de Planejamento e Gestão

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª _____
CPF: _____

2ª _____
CPF: _____

ANEXO 3

ARQUIVO DIGITAL

Estudo Técnico Preliminar, Estudo de Viabilidade Econômica Financeira, Planilha de análise inicial (Orçamentos), Planilha Cenários Projetados, Lei Autorizativa e Croqui (projeto);

Estes arquivos serão disponibilizados juntamente com o Edital no sítio Oficial do Município:
www.rioverde.go.gov.br, no link licitações.